

relatório e contas consolidadas

2021

g r u p o c o o p r o f a r - m e d i o g

relatório e contas  
**2021**  
grupocooprofar-medlog

**Índice**

<b>05</b>	Mensagem do Conselho de Administração
<b>06</b>	Evolução
<b>08</b>	A nova Cooprofar
<b>10</b>	Estrutura Societária e Organizacional
<b>12</b>	A economia em Portugal em 2021
<b>16</b>	2021 em retrospectiva
<b>18</b>	2021: iniciativas & projetos
<b>24</b>	2021: indicadores
<b>28</b>	Perspetivas 2022
<b>30</b>	Análise Económico Financeira
<b>32</b>	Demonstrações Financeiras Consolidadas e Anexo às Demonstrações Financeiras
<b>66</b>	Certificação Legal das Contas Consolidadas



## Mensagem do Conselho de Administração

Ex.mo(a) Senhor(a),

2021 foi, à semelhança do ano transato, marcado por restrições provocadas pela Pandemia de COVID-19, que resultaram num impacto profundo na vivência em sociedade e na atividade económica, tanto em Portugal como no resto do mundo. Esse impacto resultou, naturalmente, em situações de limitação e dificuldade, mas também em oportunidades de reflexão, de criação, de transformação e de evolução em áreas muito diversas, como aconteceu na Distribuição Farmacêutica.

Para a Coopprofar, 2021 ficará gravado para a posteridade como o ano da reafirmação dos valores que estiveram na génese da nossa Cooperativa. Os nossos Cooperadores confirmaram, clara e inequivocamente, não só a importância dos valores dos nossos fundadores, mas também a identificação com o propósito de reorientar todo o Grupo para o nosso propósito: Criar Valor para as Farmácias.

Por essa razão, a nossa atividade foi profundamente marcada pelo princípio fundamental de, apesar do contexto pandémico, prestar serviços de qualidade, ininterruptos e fiáveis a todos os Clientes. Mas, mais ainda, pelo trabalho de avaliar, reformular e realocar os recursos do Grupo no sentido de gerarem benefícios para as Farmácias, com Responsabilidade e salvaguardando a Sustentabilidade da nossa Cooperativa.

Os passos trilhados para o futuro que almejamos têm sido possíveis, pela colaboração, empenho e profissionalismo da nossa Equipa, Parceiros e Fornecedores e, sobretudo, pela confiança e convicção dos nossos Associados no modelo Cooperativo.

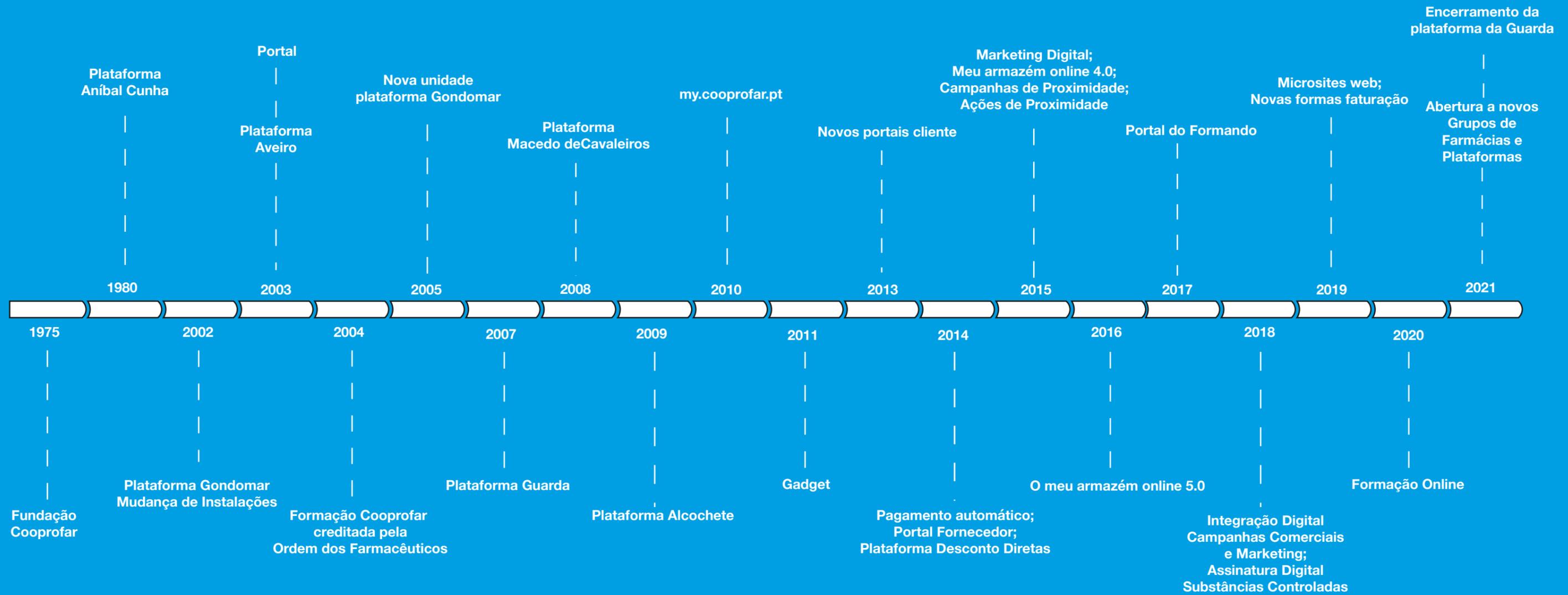
Retomando uma convicção que inúmeras vezes reforçámos, reafirmamos que todas as vozes são importantes e contamos com o contributo de todos para concretizar os objetivos que propusemos para 2022.

Gondomar, 5 de maio de 2022

O Conselho de Administração

Natália Patrocínio, José Cerqueira, Manoel Sá, Paulo Sousa, Miguel Valério,  
Miguel Sousa, Ana Sá, Grácia Rodrigues,  
Ana Coutinho, Sofia Madureira,  
José Mingocho, Rita Domingues,  
Paula Lopes, Aurora Mafalda, Anabela Silva, Sónia Sousa,  
José Nicolau e Hélder Mesquita.

# Evolução



## A nova Cooprofar

Num mundo em que a mudança é cada vez mais rápida, para alcançar a confiança dos clientes não basta ser eficiente, é preciso demonstrar coerência e sustentabilidade. Apenas organizações com uma razão sólida para existir têm base para prosperar.

É crucial para qualquer empresa conhecer em profundidade as necessidades dos seus clientes, bem como ter a capacidade de os mobilizar, envolver na inovação e de motivar a recomendar a marca.

A génese da Cooprofar foi suportada por um conjunto de valores que determinaram o sucesso no seu percurso desde o seu lançamento em 1975.

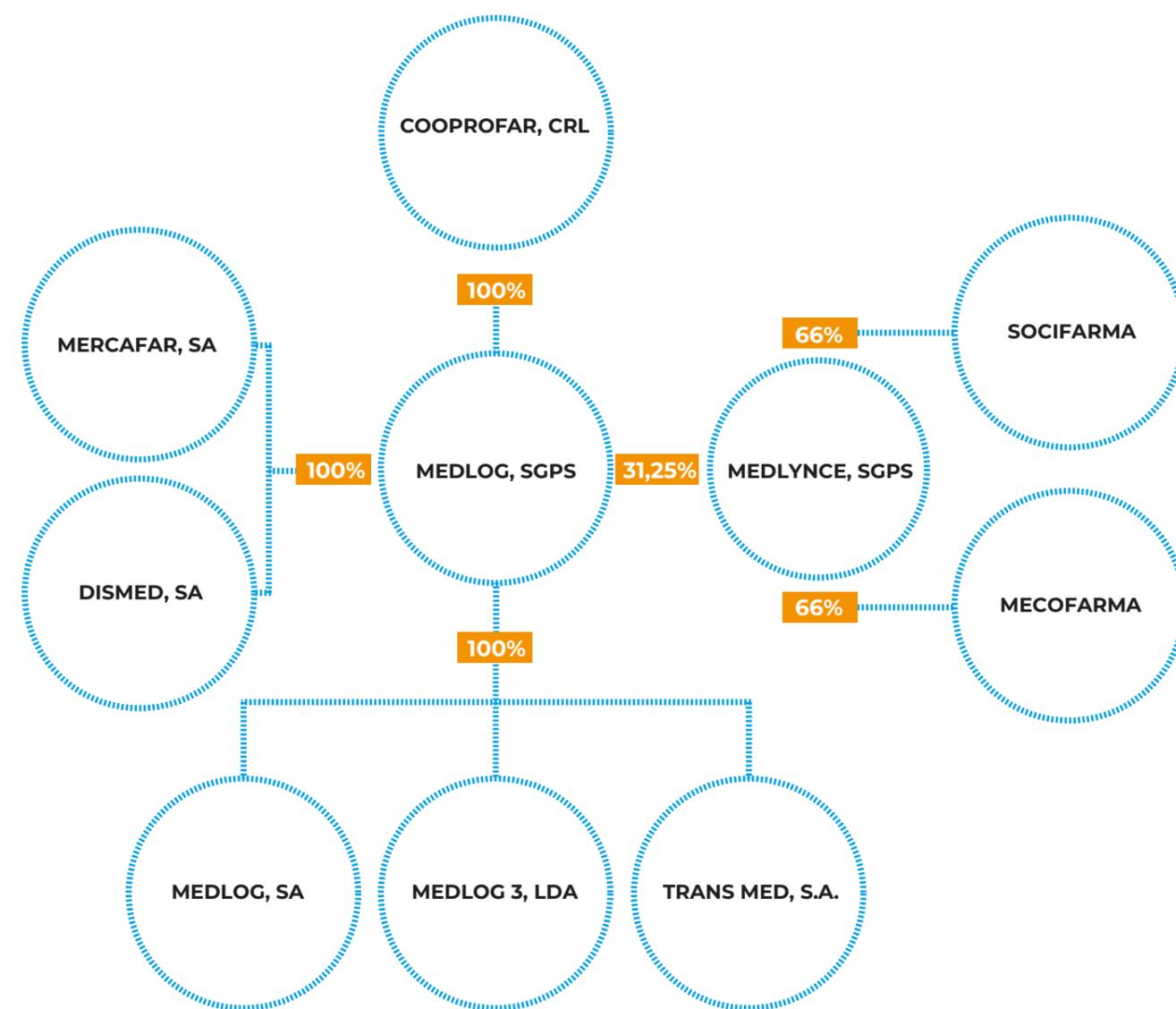
Fazendo uma análise retrospectiva à evolução da cooperativa torna-se evidente a necessidade de reavivar os valores dos fundadores, para se reaproximar das necessidades atuais das Farmácias. Acrescentando a estes valores, fatores determinantes no presente e, mais ainda no futuro, como a importância do estabelecimento de novas parceiras, o contributo e envolvimento de clientes e ecossistemas digitais.

Começa a ganhar força, por esta razão, a nova Cooprofar. Suportada pelos valores de sempre - Integridade, Excelência e Colaboração - ambiciona liderar o caminho, construir e consolidar uma colaboração efetiva entre as Farmácias, a Cooprofar e a Indústria, para alavancar serviços e negócios.

**Farmácia** suporte **Colaboração**  
**Proximidade** **Nova Cooprofar** **Inclusiva**  
**Confiança** **união** **Transparência**  
**Rentabilidade** **Rede** **sustentabilidade**  
**Renascimento**

# Grupo Coopfar Medlog

## ESTRUTURA SOCIETÁRIA E ORGANIZACIONAL



## A economia em Portugal em 2021

Em 2021 a economia portuguesa assistiu a uma recuperação nos seus principais indicadores face aos observados em 2020. Este comportamento mostra-se, ainda assim, aquém do que foi registado na zona Euro e União Europeia. A guerra da Ucrânia, entretanto despoletada, gera um clima de enorme incerteza face ao que se pode esperar para o próximo período económico.

Recuperando dos efeitos causados pela pandemia de Covid-19 que teve início em março de 2020, a economia portuguesa, que registou, em 2020, uma quebra abrupta no produto interno bruto, cerca de 8.4%, terá crescido em 2021 cerca de 4.9%, o crescimento mais elevado de sempre desde 1990. Para tal contribuíram o sucesso do programa de vacinação (Portugal foi o primeiro país do Mundo a atingir uma cobertura de 85% de vacinação da população) e consequente aumento do nível de confiança dos atores económicos. A procura interna contribuiu positivamente para a variação do PIB, melhoria projetada na recuperação do consumo privado (4.5%) e do investimento (6.4%, em valores efetivos, ou 19.8%, em percentagem do PIB). Tal crescimento da economia nacional é comparável com a observada na zona euro e da União Europeia, cerca de 5.1%. A importação e exportação de bens e serviços aumentou significativamente face ao registado em 2020, cerca de 12.9% e 13.1%. Ainda assim, o saldo da balança comercial cifrou-se em -2.6% do PIB, valor ligeiramente inferior ao observado em 2020 (-1.9). Em 2021 os preços em Portugal cresceram de 1.3%.

A recuperação da economia em 2021 é também projetada no nível do emprego, que cresceu cerca de 2,75% face a 2020, bem como no nível do desemprego: o número de desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional era em Dezembro de 2021 de 348 mil, valor próximo ao verificado no período pré-pandémico, contribuindo para uma taxa de desemprego de 6.6%.

Em Portugal, em 2021, os combustíveis aumentaram aproximadamente 20%, constituindo este fator um entrave importante ao desenvolvimento de todas as empresas que dependem do transporte de passageiros e, nomeadamente, mercadorias, como são o caso das empresas do grupo Coopprofar-Medlog.

EVOLUÇÃO DO PREÇO MÉDIO EM PORTUGAL CONTINENTAL



### Perspetivas para 2022

A economia portuguesa confronta-se com desafios importantes nos anos mais próximos, determinantes para a afirmação do seu posicionamento competitivo, nomeadamente com os demais países da União Europeia. Por um lado, da definição e utilização eficiente das medidas que venham a resultar da execução do Plano de Recuperação e Resiliência dependerá, em larga escala, a criação de condições, projetadas em reformas e investimentos, que permitam impulsionar o país no caminho da retoma, do crescimento económico sustentado e da convergência com os demais países europeus. Neste particular, é fundamental que as medidas que venham a ser desenvolvidas se focalizem nestes objetivos e que sejam alavanca para um crescimento transversal de todos quantos intervêm na economia do país.

Por outro lado, em sentido inverso emergem as restrições provocadas por todas as consequências emanadas da guerra na Ucrânia. A subida galopante do preço dos produtos energéticos (com o preço do gás e do petróleo a atingir, no início de 2022, respetivamente, 10 vezes e 2 vezes mais o preço grossista em 2021, respetivamente) e os efeitos negativos sobre a confiança implicam significativos fatores adversos à procura interna (em Portugal e no espaço europeu) durante o ano de 2022; por outro lado é de prever que as sanções anunciadas e a deterioração acentuada das perspetivas para a economia russa venham a enfraquecer o crescimento do comércio em toda a zona euro, Portugal incluído.

		2021	2022	2023	2024
União Europeia	União PIB (Previsão Comissão Europeia)		3,7%	2,8%	1,6%
	PIB (Previsão FMI)		2%	1,90%	
	Inflação	2,9%	5,1%	2,1%	1,9%
	PIB	4,9%	4,9%	2,9%	2%
Portugal	Investimento	6,4%	9,2%	6%	3%
	Inflação	1,3%	4%	1,6%	1,9%
	Exportações de bens e serviços	13%	14,2%	7,5%	3,8%
	Importações de bens e serviços	12,9%	12,3%	5,5%	3,3%
	Desemprego	6,6%	5,9%	5,7%	5,6%

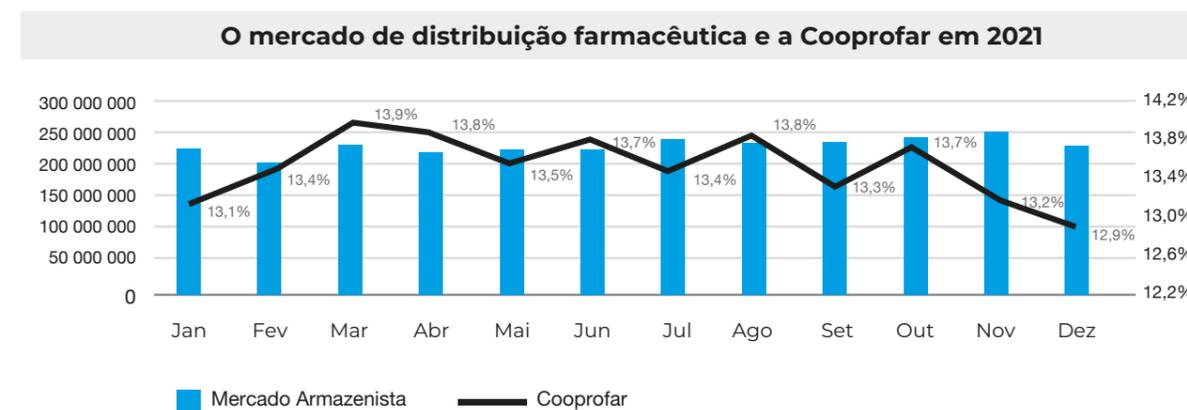
Neste contexto, o aumento da inflação na União Europeia e na zona Euro registado no primeiro trimestre do ano perante um défice de reação de política monetária por parte do banco central europeu no mesmo período projeta um aumento das taxas de juro e um previsível enfraquecimento do valor do euro face a outras moedas. Um aumento persistente da inflação no espaço europeu terá que ter reação por parte dos bancos centrais que permita estancar este cenário.

O Governo português estima, no seu orçamento de Estado para 2022, aumentar em 700 milhões de euros o montante a transferir para o Serviço Nacional de Saúde, dotando o Sistema de 11.1 mil milhões de euros (contra os 10.4 mil milhões de euros transferidos em 2021).

### O mercado de distribuição farmacêutica

Em 2021 o mercado de *sell in* de medicamentos foi de 2,755 mil milhões de euros, representando este valor um crescimento de 4.2% face ao verificado em 2020.

O ano de 2021 foi um ano atípico para o grupo Coopprofar-Medlog, muito por força dos constrangimentos originados pela importante alteração tecnológica, com a adoção de um novo sistema inteligente de armazém Knapp, verificada no seu principal armazém, em Gondomar. Ainda assim, a Coopprofar fechou o ano com uma quota de mercado de 12.9%.



### O Mercado de venda em farmácia

Segundo a *Health Market Research* (HMR), em 2021 as vendas nas farmácias em Portugal registaram uma variação positiva nas vendas em todas as categorias.

As vendas nas farmácias cresceram em 2021 cerca de 6.9% em unidades e 8.4% em valor face ao ano anterior (HMR). Este comportamento é, de uma forma geral, explicado pelo comportamento da procura por produtos associados ao tratamento da pandemia de Covid-19, nomeadamente pelos autotestes (categoria que cresceu 21.2% em volume e 16.2% em valor) e os serviços de testagem nas farmácias (categoria Outros, na classificação do HMR, que cresceu 157% em volume e 427.1% em valor).

No mercado *Pharma*, o *sell out* cresceu 3.5% em volume e 5.3% em valor. Dentro dele, este crescimento foi mais acentuado no sub-segmento de Genéricos (cresceu 4.5% em quantidade e 6.4% em valor), sendo que no subsegmento *Branded* se assistiu a um crescimento de 1% em volume e 5.8% em valor.

No segmento de *Consumer Health*, que inclui OTC's, *Personal Care*, *Patient Care* e Nutrição, o crescimento foi mais pronunciado, tendo-se assistido a uma variação positiva de 8.7% em quantidade e 9.9% em valor, face aos valores registados em 2020.

De acordo com o IQVIA, Litoral Norte, Lisboa Arredores e Grande Porto foram, por esta ordem, as regiões que registaram mais crescimento, cerca de 25%, 18.1% e 15.9%, respetivamente.

Regiões	% contributo para o crescimento
Litoral Norte	25%
Lisboa Arredores	18,1%
Grande Porto	15,9%
Centro Oeste	10,4%
Interior Norte	9,3%
Lisboa Centro	8,2%
Algarve	4,7%
Madeira	3%
Alentejo	2,8%
Açores	2,6%

## 2021 em retrospectiva

Há um ano, neste mesmo espaço, recordamos os impactos que a pandemia de Covid-19 havia colocado, em 2020, à operação das diversas empresas do grupo Cooprofar-Medlog. Sob a égide de um pressuposto, inabalável, o da manutenção de um serviço de muita qualidade aos diversos clientes do grupo, recordamos ter então levado a cabo uma série de iniciativas que obrigaram a uma profunda mudança em processos fundamentais do nosso dia-a-dia. Alteramos rotinas internas, introduzimos em toda a operação procedimentos visando o reforço da proteção da saúde das equipas, como propósito maior da salvaguarda da saúde de todos quantos trabalham no universo das empresas do grupo. Ainda sob o mesmo pressuposto, fomos capazes de nos ajustar, alterando, com os nossos clientes, procedimentos que os tocavam diretamente, seja ao nível das entregas ou formalização de encomendas, mantendo intactas as exigências que sempre colocamos no nível de serviço prestado.

2021 foi, neste contexto, um ano que poderia ter sido, simplesmente, destinado a consolidar a experiência do período anterior. Afinal, o ano continuou a ser fortemente marcado pela pandemia de Covid-19 e pelas mudanças que a mesma colocou na organização do trabalho. Mas não. Na busca contínua de soluções que nos permitam ser mais eficientes, finalizamos o projeto de dotar o maior armazém, Gondomar, com níveis superiores de automação e acionamos nas demais plataformas logísticas ações que nos permitem atingir o mesmo fim. Introduzimos na operação o recurso às energias limpas, através de painéis fotovoltaicos, contribuindo desta forma para a melhoria da pegada ecológica. Ao mesmo tempo delineamos projetos de serviço às farmácias que pretendem melhorar o valor que entregamos a estes clientes. Em todos os mercados para os quais trabalhamos todos os dias, vencemos a barreira que nos foi colocada pelo confinamento, preparando em 2021 a entrada de novos parceiros de negócio em 2022, seja ao nível interno como dos mercados internacionais. Nos transportes prosseguimos a busca de ganhos de eficiência, ao mesmo tempo que intensificámos o ritmo de desenvolvimento de uma parceria na rede de distribuição.

Internamente vimos reconhecidos os nossos compromissos com a Qualidade, através do reconhecimento da certificação ISO 9001:2015, e com a Inovação, projetada na certificação NP 4457-2007. Por outro lado, mantivemos um alto grau de exigência ético, moral e de responsabilidade na relação com os nossos colaboradores, algo que nos é reconhecido pela certificação SA 8000, que também renovámos.

A busca pela melhoria contínua, que nos alimenta todos os dias leva-nos a pensar que podemos sempre fazer melhor. E com esse mesmo espírito abraçamos o ano de 2022. Ao leme das diversas empresas do grupo uma nova equipa, determinada no desenvolvimento focado no valor entregue ao cooperador, na sustentabilidade global e na inovação como motores de desenvolvimento, abraçando pilares fundamentais com os quais o grupo projeta o seu futuro: **integridade**, fazendo sempre o que é correto, **excelência**, procurando fazer sempre melhor e **colaboração**, agregando colaboradores e cooperantes no mesmo propósito de desenvolver um grupo cada vez mais forte.

## 2021 iniciativas & projetos



### INSTITUCIONAL

(maio)

#### 46º aniversário

#### Seminário: “Um ano e meio de pandemia. O que mudou? O que aprendemos para o futuro?”

No dia 25 de maio, a Coopprofar assinalou o 46º aniversário com a organização de um seminário intitulado “Um ano e meio de pandemia. O que mudou? O que aprendemos para o futuro?”. O Seminário contou com transmissão live streaming e focou-se no futuro, nas mudanças aprendidas e nas lições que foram tiradas ao serviço das farmácias e da população.



(junho)

#### Visita Institucional da ADIFA/CHUSJ

O Prof. Doutor Fernando Araújo, Presidente do Conselho de Administração do CHUSJ – Centro Hospitalar Universitário de São João, EPE visitou o nosso armazém sede, em Gondomar.

A visita organizada pela ADIFA - Associação de Distribuidores Farmacêuticos - foi acompanhada pelo Presidente, Dr. Nuno Cardoso e pelo Presidente do Conselho de Administração, Prof. Dr. Delfim Santos.



(julho)

#### Tomada de Posse dos Órgãos Sociais da Coopprofar

Proximidade efetiva a 360°, concretizada com Responsabilidade e com foco na Sustentabilidade da Coopprofar e das Farmácias para o futuro, foi o compromisso assumido no dia 17 de julho, aquando da cerimónia de Tomada de Posse dos novos Órgãos Sociais da Coopprofar para o quadriénio 2021-2024.

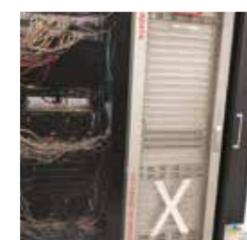


(novembro – até ao momento)

#### “a nossa casa”

“Nesta casa, que é das Farmácias, queremos que more sempre o diálogo, a proximidade, a disponibilidade e a colaboração. Só desta forma conseguimos dar um novo alcance à Colaboração efetiva entre a Coopprofar e as Farmácias – Dando Voz às Farmácias!”

Por isso, desde novembro, abrimos as portas da Coopprofar às Farmácias para partilhar necessidades, conhecimento, ideias e projetos de futuro.



### INOVAÇÃO, DESENVOLVIMENTO & SUSTENTABILIDADE

(fevereiro)

#### Participação no webinar ‘Oracle Database Appliance - Industry talks with three different customers’

A Coopprofar marcou presença, com o testemunho de sucesso na implementação de soluções Oracle, no webinar ‘Oracle Database Appliance - Industry talks with three different customers’.

O evento constituiu uma oportunidade de partilha de conhecimentos e experiências de sucesso diretamente entre profissionais da área das Tecnologias de Informação.



(março)

#### Encerramento do armazém da Guarda

O crescente investimento em soluções eficientes e sustentáveis, tornou possível a reestruturação da infraestrutura logística do Grupo. A reorganização teve impacto na forma de utilização das várias plataformas, nas suas áreas de intervenção, nos horários de funcionamento, na constituição das equipas de trabalho e resultou em ganhos claros de eficiência.



(abril)

### Instalação de Painéis Solares na cobertura do Armazém de Gondomar

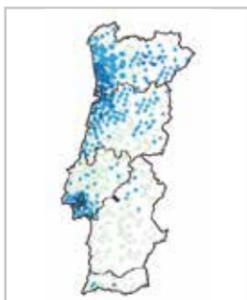
No âmbito da política global de sustentabilidade, executámos um projeto de racionalização de consumo energético, baseado na instalação de um sistema de painéis solares na cobertura do armazém de Gondomar. Este sistema, permitiu diminuir os custos de eletricidade em cerca de 30% e satisfazer a 100% as nossas necessidades na hora de ponta. Com este investimento diminuámos a pegada ecológica e melhorámos, notoriamente, a conta de exploração.



(setembro)  
**OSR**

Concretizou-se, em 2021, a instalação de um sistema OSR Evo na plataforma de Gondomar, totalmente integrado com os sistemas existentes, o qual suporta, à data, o transporte, a arrumação, o armazenamento e o “picking” de cerca de 70% das referências em armazém, representando aproximadamente 25% das linhas produzidas. Para além deste componente central do sistema, foram também instalados outros componentes de automação tais como novas estações de conferência de mercadoria, de preparação de grandes volumes e produtos com tratamentos especiais, de rotulagem e de impressão.

O projeto permitiu aumentar a capacidade total de produção no armazém de Gondomar em cerca de 25%, com especial relevo nas horas de pico, e em simultâneo reduzir a mão de obra direta necessária à operação em cerca de 20%. Nas áreas de influência do OSR, a produtividade média por operador, cresceu de cerca de 200 linhas/hora para as atuais 600 linhas/hora.



(ao longo do ano)

### Rede Integrada de Transportes

Em linha com o compromisso assumido de um maior envolvimento com as preocupações ambientais, temos vindo a afirmar um forte investimento, através de um trabalho profundo na redução dos custos e otimização de processos que resultam em ganhos de eficácia e aumento de eficiência. Este processo encontra-se alicerçado em sinergias, graças ao alargamento da rede integrada de transporte em conjunto com outro operador grossista.

## CIDADANIA EMPRESARIAL

(junho)

### Recolha de Radiografias

A Campanha de Recolha de Radiografias consiste num projeto solidário de colaboração da ADIFA, Associação de Distribuidores Farmacêuticos, com a Fundação AMI - Assistência Médica Internacional, que aplica o conceito de recolha de resíduos para angariação de fundos.

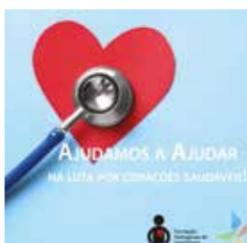
Em 2021, no âmbito da Campanha que decorreu no período de 5 a 20 junho, a Cooprofar realizou a distribuição de kits de recolha a 469 farmácias aderentes, tendo entregue à AMI um total de 6 paletes de radiografias.



(outubro)

### Entrega de cofres para recolha de donativos – Fundação Portuguesa de Cardiologia

À semelhança de anos anteriores, renovámos a parceria com a Fundação Portuguesa de Cardiologia, através da entrega de cofres para a recolha de donativos nas Farmácias aderentes, que estiveram disponíveis durante os meses de outubro de novembro.



(diversos momentos ao longo do ano)

### Parceria Dignidade: Programa abém

Na Cooprofar temos como missão garantir que os medicamentos chegam às Farmácias e, posteriormente, a quem deles precisa. Contudo, temos consciência de que cerca de 1 milhão de Portugueses não tem capacidade financeira para adquirir os medicamentos de que necessita, afetando assim a Saúde da população. Desta forma, renovámos o nosso apoio ao Programa abém:, criado para reforçar a entrega de medicamentos a famílias carenciadas.



### Iniciativa “Brindar abém:”

Através da iniciativa “Brindar abém:” ajudámos 25 doentes pelo período de um ano. Fizemo-lo através de uma ação com as Farmácias, na qual promovemos um passatempo com o prémio de 25 garrafas de uma edição limitada de Espumante. As Farmácias participantes enviaram uma fotografia original e alusiva a: Natal, Cooprofar e Brinde.



(ações contínuas)

### Campanhas de Proximidade

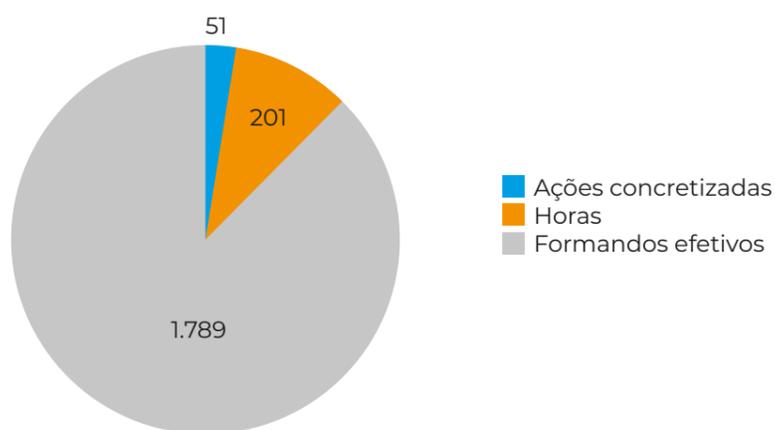
À semelhança de anos anteriores, realizámos 3 campanhas de proximidade, com o propósito promover a Saúde e valorizar o Farmacêutico, enquanto profissional capacitado para aconselhar sobre o impacto de diversas patologias, e a Farmácia enquanto local privilegiado para obter apoio e assistência em diversos assuntos, pela sua proximidade e constante disponibilidade junto da população.



## FORMAÇÃO

Em 2021 deu-se continuidade do reforço na aposta em formação no formato webinar, de forma a colmatar as necessidades de Desenvolvimento Profissional Contínuo, sem comprometer a saúde pública (medidas de segurança de prevenção da Covid-19). Este formato permitiu alcançar uma maior abrangência geográfica. Mantivemos, no entanto, em formato presencial as Formações de Competência Farmacêutica para Administração de Vacinas e Medicamentos Injetáveis pela sua componente prática.

### Balanzo de Atividades - Formação 2021



### Satisfação dos formandos face ao desempenho dos formadores e ao curso [0-muito insatisfeito; 5 muito satisfeito]

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Final
0,00	4,84	4,68	4,77	4,87	4,76	4,73	5,00	4,90	4,90	4,94	0,00	<b>4,75</b>

### Formadores [0-muito insatisfeito; 5 muito satisfeito]

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Final
0,00	5,00	5,00	5,00	5,00	4,83	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	<b>4,98</b>

### Coordenadores [0-muito insatisfeito; 5 muito satisfeito]

Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Final
0,00	5,00	4,67	5,00	4,78	4,67	5,00	5,00	5,00	5,00	5,00	0,00	<b>4,88</b>

## MARKETING INTERNO



(maio)

### Criação da rubrica "Sou Cooprofar-Medlog"

Com o propósito de dar voz aos colaboradores, criou-se a rubrica "Sou Cooprofar-Medlog", onde passámos a dar a conhecer em formato vídeo (publicação nas Redes Sociais) e formato escrito (publicação na my cooprofar) as experiências, convicções e história de quem diariamente trabalha com o foco na criação de valor para as Farmácias - a nossa Equipa.



(setembro)

### Bolsa de Ideias - relançamento

"Todas as vozes são importantes."

Acreditamos que o conhecimento, perspetiva e experiência de cada um pode contribuir para uma identidade e cultura empresarial robustas, que se traduz diariamente na geração de valor para as Farmácias. A certeza de que todas as vozes são importantes e de que a partilha nos ajuda a avançar, levou-nos a relançar a Bolsa de Ideias, na qual cada colaborador pode livremente fazer sugestões de melhoria ou de criação de algo novo.



### Reuniões regulares com a Equipa

O contributo da nossa Equipa é essencial para o cumprimento do compromisso assumido com os Associados de criar valor para a Cooprofar e para as Farmácias. Por isso, reunimos com todos, de norte a sul do país, para os mobilizar e envolver na missão denotando, desde logo, o empenho e compromisso de cada um nestas reuniões periódicas.



### Realização regular de testes rastreio à Covid-19 à Equipa

Implementámos a testagem regular de rastreio à Covid-19 aos colaboradores, tendo em vista a proteção da saúde dos próprios, de colegas de trabalho e familiares, bem como a manutenção do normal funcionamento da nossa operação.



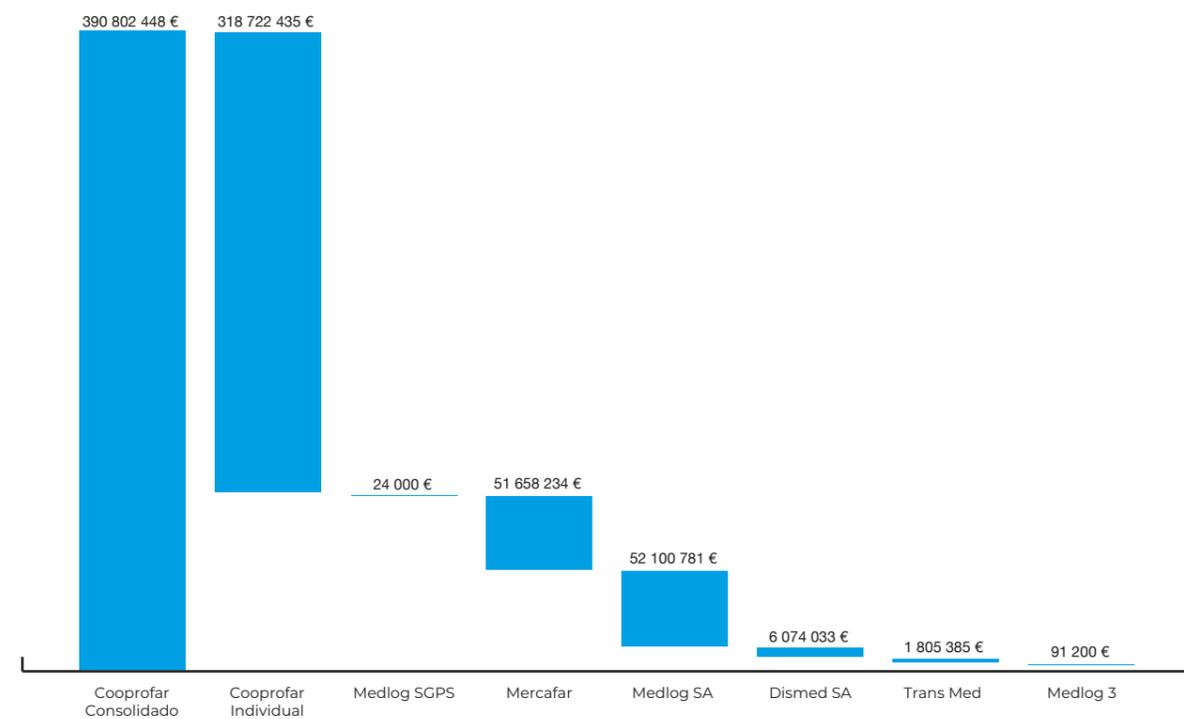
### Disponibilização da Vacina da Gripe Sazonal à Equipa

Com o propósito de promover a saúde, objetivo que assume uma importância redobrada atendendo ao período de Pandemia que atravessámos, disponibilizámos a Vacina da Gripe Sazonal aos membros da nossa equipa.

# 2021 indicadores

## O Grupo Em Números

### Áreas de Negócio



O volume de negócios consolidado difere do somatório do volume de negócios das empresas individuais por desconsiderar as transações das empresas intragrupo.

### Indicadores Operacionais

	2020	2021
Eficácia de atendimento (pandemia)	91.7%	89.4%
Precisão de Picking	99.98%	99.95%
Eficiência no horário das entregas	90,84%	89.28%
Faltas na encomenda	1,86%*	1,71%

\*Valor calculado considerando os resultados mensais, com exceção dos obtidos no mês de março.

## Produtividade

	CONSOLIDADO	COOPROFAR	MEDLOG- SGPS	MERCAFAR	MEDLOG	MEDLOG 3	DISMED	TRANS MED
Vendas e serviços prestados:	390 802 448	318 722 436	24 000	51 658 234	52 100 781	91 200	6 074 033	1 805 385
CMVMC*	-358 703 526	-294 106 175	0	-46 828 786	-45 353 619	0	0	0
FSE*	-7 864 526	-9 083 571	-21 966	-2 827 413	-2 192 225	-8 001	-4 921 851	-898 066
Impostos diretos	-9 785	0	0	-4 208	-5 577			
VAB	24 224 612	15 532 690	2 034	1 997 827	4 549 360	83 199	1 152 183	907 319

\*O volume de negócios consolidado difere do somatório do volume de negócios das empresas individuais por desconsiderar as transações das empresas intragrupo.

## Recursos Humanos

### Evolução Histórica de Colaboradores

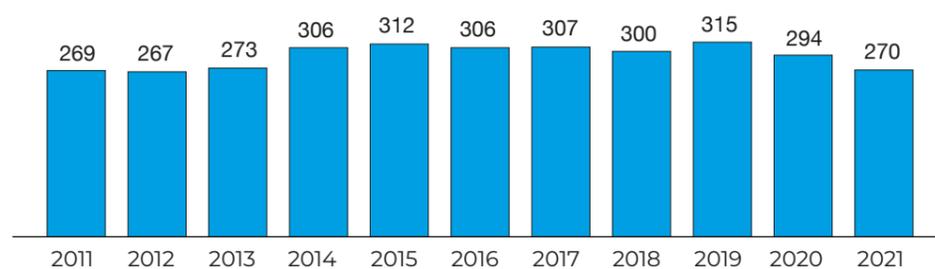
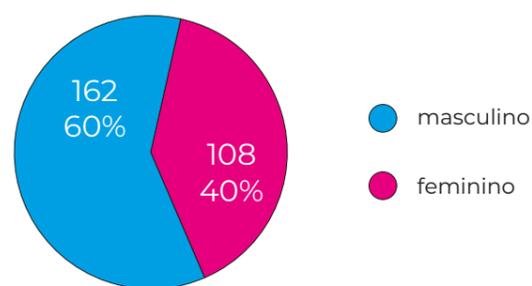


Gráfico 2011-2021

### Distribuição por Género - 2021



Função	Masculino	Feminino
Conselho de Administração	6	4
Liderança executiva	7	3
Liderança operacional	8	7

O ano foi marcado pela continuidade das medidas previstas no Plano de Contingência para fazer face à pandemia, com ajustes em função da sua evolução, pela implementação de protocolos de higienização reforçados, distribuição de equipamentos de proteção, alterações de horários e turnos de trabalho para isolar equipas, adaptação dos espaços físicos e disponibilização de meios técnicos de apoio ao teletrabalho. Foi concretizado um plano de testagem com momentos de testagem intensiva alternados com momentos de testagem por amostragem, dirigido a todas as equipas - Aveiro, Alcochete, Gondomar e Macedo de Cavaleiros.

## perspetivas 2022

No ano de 2022 perspetivam-se novos desafios que obrigam a sociedade a encontrar respostas, novas, que lhe permitam manter a afirmação da sua competitividade no mercado. Do lado da guerra da Ucrânia, um conflito que tem uma data de termo que não é perceptível, emergem problemas que podem condicionar o desenvolvimento de mercados: do aumento, abruço, do preço dos combustíveis, condicionando a capacidade das empresas que dependem dos transportes para levar os seus produtos ao cliente final, à escalada generalizada, a nível europeu de preços nos bens de consumo, com consequências no aumento das taxas de juro e, eventualmente, em recessão em distintos mercados.

Ao mesmo tempo, ao nível da sociedade, colocam-se outros reptos com que se pretende abraçar o futuro: seja na constituição duma nova oferta comercial, focada verdadeiramente na fidelização dos clientes farmácia, seja no desenvolvimento de novos serviços às empresas deste canal, com os quais pretendemos sinalizar que queremos continuar a ser, e cada vez mais, o seu parceiro natural (afinal somos uma cooperativa de proprietários de farmácia para proprietários de farmácia), com práticas que privilegiam a entrega de valor, a proximidade, a inovação, de forma sustentável e uma relação de permanente abertura à comunicação. Verdadeiramente um *back to the basics*. Em paralelo abrimos a porta a novos grupos de farmácias e outros parceiros de negócio, como forma de colocar os serviços da sociedade, com um nível de serviço que pretendemos continuamente melhorar, ao dispor daquelas e dessa forma suscitar o seu interesse pelo desenvolvimento de relações duradouras.

Entretanto, o contexto externo que marca o ano de 2022, anteriormente descrito, acarretando uma previsível menor disponibilidade, nos mercados de origem, dos produtos que compõem a oferta das empresas do grupo, em todas as sociedades prosseguiremos políticas de rigor e contenção, simultaneamente visando a eficiência como uma das formas de manter a competitividade.

### **Negócios realizados entre a sociedade e os administradores**

Não foram realizados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por qualquer das partes envolvidas entre a sociedade e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização. De igual forma, não foram efetuados quaisquer adiantamentos por conta de lucros.

### **Proposta de aplicação de resultados**

O Conselho de Administração, nos termos da lei e dos Estatutos, propõe que ao resultado líquido positivo do exercício, que ascendeu a 1 948 207,25 €, seja dada a seguinte aplicação:

Reservas para Educação e Formação cooperativa: 19 482,07€

Reservas para Sustentabilidade e Investimento: 1 928 725,18 €

### **Objetivos e políticas de gestão de riscos financeiros e utilização de instrumentos financeiros derivados**

Em 31 de Dezembro de 2021 a Sociedade não tinha contratado quaisquer instrumentos financeiros derivados.

Gondomar, 5 de Maio de 2022

O Conselho de Administração

### **Anexo ao relatório de Gestão**

Informações de acordo com o n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

### **Relação dos membros dos órgãos de administração e respetivas ações:**

Os membros do Conselho de administração não possuem quaisquer ações da Sociedade.

Contas consolidadas:

O desempenho económico-financeiro do Grupo Coopfar-Medlog em 2021 tem como base uma estabilização do volume de negócios consolidado, bem como dos recursos disponíveis para a sua atividade.

Com um ativo total de 97,5 milhões de euros, o Grupo atingiu um resultado líquido consolidado de 1,95 milhões de euros, redundando assim numa rentabilidade líquida do ativo na ordem dos 2%.

O resultado operacional cifrou-se nos 4,5 milhões de euros, muito em linha com o do período transato, não obstante a decisão do reconhecimento de montantes muito relevantes ao nível das imparidades de dívidas a receber, que totalizam 2,9 milhões de euros. Expurgado deste efeito pontual, a rentabilidade do ativo atinge em 2021 os 4%.

Se do ponto de vista do volume de atividade os números apontam para uma estabilização face ao ano de 2020, o conjunto de indicadores que se apresentam de seguida permitem conferir que o ano de 2021 permitiu alcançar uma maior robustez do balanço (autonomia financeira aumenta 1,6 p.p. para 33,32%) e maiores níveis de liquidez com o ativo corrente a cobrir passivos correntes num rácio de 1,72.

Do ponto de vista financeiro o Grupo fecha o ano 2021 com uma margem EBITDA reforçada (2,29% contra 1,73% em 2020), um Net debt / EBITDA (EBITDA ajustado de efeitos não recorrentes) de 2,95, que apresenta uma melhoria face ao ano transato, numa trajetória que evidencia uma maior capacidade de endividamento, e uma bem menor proporção de juros suportados face ao resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos.

## análise económico-financeira

### Principais indicadores económico-financeiros, 2021-2020

	2021	2020
EBITDA/Vendas	2,29%	1,73%
Líquidez geral	1,72	1,69
Estrutura de Endividamento	74,79%	75,29%
Cobertura dos ativos n/ Correntes	348,70%	368,77%
Autonomia Financeira	33,32%	31,75%
Dívida Bancária Líquida/EBITDA	2,95	3,25
Tempo médio de recebimento (dias)	40,78	36,33
Tempo médio de Existências (dias)	32,19	32,06
Tempo médio de pagamento (dias)	31,83	33,45

No que aos constituintes do fundo de maneio diz respeito (Inventários, Clientes e Fornecedores), os indicadores apontam para um tempo médio de existências de 32 dias, sem alteração face a 2020, um aumento do tempo médio de recebimento (de 36 para 40 dias) e uma nova diminuição do prazo médio de pagamento para 32 dias, quando em 2020 era de 33 e em 2019 de 42.

# demonstrações financeiras e consolidadas

## Demonstração Consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 da Cooprofar, C.R.L.

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Unid.mon.: Eur			
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	9 433 468,94	8 130 612,72
Ativos intangíveis	8	5 249,97	1 999,97
Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial	10	3 674 536,53	3 674 536,53
Participações financeiras - Outros métodos	10	160 948,12	130 500,00
Outros ativos financeiros		752 940,00	752 940,00
		<b>14 027 143,56</b>	<b>12 690 589,22</b>
<b>Ativo corrente</b>			
Inventários	12	31 630 448,07	32 249 908,49
Clientes	13	43 662 678,54	39 567 563,39
Estado e outros entes públicos	14	1 718 285,50	2 835 524,32
Outras contas a receber	15	4 583 152,31	4 649 892,62
Diferimentos	16	739 322,04	689 436,22
Caixa e equivalentes de caixa	4	1 209 043,59	3 590 163,16
		<b>83 542 930,04</b>	<b>83 582 488,20</b>
<b>Total do ATIVO</b>		<b>97 570 073,60</b>	<b>96 273 077,42</b>
<b>CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO</b>			
<b>CAPITAL PRÓPRIO</b>			
Capital realizado	17	300 500,00	307 000,00
Reservas legais	17	439 500,00	439 500,00
Outras reservas	17	27 854 199,58	24 957 416,35
Resultados transitados	17	294 597,66	294 597,66
Ajustamentos em ativos financeiros	17	1 677 967,79	1 677 967,79
		<b>30 566 765,03</b>	<b>27 676 481,80</b>
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 948 207,25</b>	<b>2 889 417,46</b>
<b>Total do Capital Próprio</b>		<b>32 514 972,28</b>	<b>30 565 899,26</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Financiamentos obtidos		16 390 627,27	16 218 358,06
Passivos por impostos diferidos	11	7 365,77	14 731,53
		<b>16 397 993,04</b>	<b>16 233 089,59</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	20	31 969 756,66	34 485 016,81
Estado e outros entes públicos	14	1 281 699,97	1 145 297,41
Acionistas / Sócios		185 555,83	185 555,83
Financiamentos obtidos	18	10 843 297,88	7 180 675,98
Outras contas a pagar	21	3 168 577,29	4 556 048,59
Outros passivos financeiros	18	1 208 220,65	1 921 493,95
		<b>48 657 108,28</b>	<b>49 474 088,57</b>
<b>Total do Passivo</b>		<b>65 055 101,32</b>	<b>65 707 178,16</b>
<b>Total do Capital Próprio e do Passivo</b>		<b>97 570 073,60</b>	<b>96 273 077,42</b>

**Demonstração Consolidada de Resultados em 31 de dezembro de 2021 e de 2020 da Coopprofar, C.R.L.**

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
Unid.mon.: Eur			
Vendas e serviços prestados	22	390 802 448,47	397 497 785,32
Subsídios à exploração	23	4 982,10	19 939,70
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	10	0,00	165 020,30
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	12	-358 703 525,98	-367 216 188,24
Fornecimentos e serviços externos	24	-7 864 525,59	-9 059 517,93
Gastos com pessoal	25	-7 106 988,48	-7 006 778,65
Imparidades de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	13-14	-2 930 983,15	-437 746,17
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	26	3 209 906,96	2 899 213,52
Outros gastos e perdas	26	-11 380 864,15	-10 404 686,98
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>6 030 450,18</b>	<b>6 457 040,87</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7-8	-1 543 602,31	-1 764 307,14
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>4 486 847,87</b>	<b>4 692 733,73</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	28	272 271,59	372 973,52
Juros e gastos similares suportados	28	-1 174 758,14	-1 405 741,62
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>3 584 361,32</b>	<b>3 659 965,63</b>
Imposto sobre rendimento do período	29	-1 636 154,07	-770 548,17
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>1 948 207,25</b>	<b>2 889 417,46</b>

**Demonstração individual dos Fluxos de Caixa**  
**Período findo em 31 de dezembro de 2021**

Rubricas	Notas	31-12-2021	31-12-2020
Unid.mon.: Eur			
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>			
Recebimentos de clientes	13	399 275 293,39	423 048 268,64
Pagamentos a fornecedores	20	-389 103 333,37	-404 649 214,68
Pagamentos ao pessoal	25	-7 229 243,62	-6 992 992,37
<b>Caixa gerada pelas operações</b>		<b>2 942 716,40</b>	<b>11 406 061,59</b>
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	29	-770 548,17	-179 611,68
Outros recebimentos/pagamentos	15-21	-3 884 110,01	3 742 145,98
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		<b>-1 711 941,78</b>	<b>14 968 595,89</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	-2 843 333,53	-89 709,34
Ativos intangíveis	8	-6 375,00	0,00
Investimentos financeiros		-30 448,12	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis	7	0,00	50 389,42
Ativos fixos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		272 112,67	371 969,25
Dividendos		0,00	0,00
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		<b>-2 608 043,98</b>	<b>332 649,33</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos	18	146 671 968,38	75 511 156,13
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio	17	0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de Financiamento		0,00	697 548,89
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	18	-143 551 844,13	-86 162 682,11
Juros e gastos similares	28	-1 174 758,14	-1 351 968,51
Dividendos		0,00	0,00
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		-6 500,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	-1 280 515,47
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		<b>1 938 866,11</b>	<b>-12 586 461,07</b>
Variação de caixa e seus equivalentes		-2 381 119,65	2 714 784,15
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	3 590 163,24	875 379,09
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1 209 043,59	3 590 163,24

**Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 2020**

Unid.mon.: Eur

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Ajustam./Outras var. no capital			Resultado líquido do período	Total
<b>01 de janeiro de 2020</b>	308 500,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	24 942 416,35	7 686 649,75	1 788 206,76	0,00	0,00	1 305 156,90	36 470 429,76		36 470 429,76
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contábilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						15 000,00	-7 392 052,09	-110 238,97			-1 305 156,90	-8 792 447,96		-8 792 447,96
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15 000,00	-7 392 052,09	-110 238,97	0,00	0,00	-1 305 156,90	-8 792 447,96	0,00	-8 792 447,96
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>											2 889 417,46	2 889 417,46		2 889 417,46
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>											1 584 260,56	1 584 260,56		1 584 260,56
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Realizações de capital												0,00		0,00
Realizações de prêmios de emissão												0,00		0,00
Distribuições												0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00		0,00
Outras operações	-1 500,00											-1 500,00		-1 500,00
	-1 500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1 500,00	0,00	-1 500,00
<b>31 de dezembro de 2020</b>	307 000,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	24 957 416,35	294 597,66	1 677 967,79	0,00	0,00	2 889 417,46	30 565 899,26	0,00	30 565 899,26

**Demonstração consolidada das alterações no capital próprio em 2021**

Unid.mon.: Eur

Descrição	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe										Interesses que não controlam	Total do Capital Próprio		
	Capital subscrito	Ações (quotas) próprias	Outros instrumentos de capital próprio	Prêmios de emissão	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Ajustam./Outras var. no capital			Resultado líquido do período	Total
<b>01 de janeiro de 2021</b>	307 000,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	24 957 416,35	294 597,66	1 677 967,79	0,00	0,00	2 889 417,46	30 565 899,26	0,00	30 565 899,26
<b>ALTERAÇÕES NO PERÍODO</b>														
Primeira adoção de novo referencial contábilístico												0,00		0,00
Alterações de políticas contábilísticas												0,00		0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00		0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00		0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respectivas variações												0,00		0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00		0,00
Ganhos/Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos												0,00		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio						2 896 783,23					-2 889 417,46	7 365,77		7 365,77
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2 896 783,23	0,00	0,00	0,00	0,00	-2 889 417,46	7 365,77	0,00	7 365,77
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>											1 948 207,25	1 948 207,25		1 948 207,25
<b>RESULTADO INTEGRAL</b>											-941 210,21	-941 210,21		-941 210,21
<b>OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO</b>														
Realizações de capital												0,00		0,00
Realizações de prêmios de emissão												0,00		0,00
Distribuições												0,00		0,00
Entradas para cobertura de perdas												0,00		0,00
Outras operações	-6 500,00											-6 500,00		-6 500,00
	-6 500,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	27 854 199,58	294 597,66	1 677 967,79	0,00	0,00	1 948 207,25	32 514 972,28	0,00	32 514 972,28
<b>31 de dezembro de 2021</b>	300 500,00	0,00	0,00	0,00	439 500,00	27 854 199,58	294 597,66	1 677 967,79	0,00	0,00	1 948 207,25	32 514 972,28	0,00	32 514 972,28

## ANEXO CONSOLIDADO 2021

### 1. Identificação da entidade e período de relato

A Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. foi fundada em 1975 e tem a sua sede social na Rua Pedro José Ferreira, 200 – 210 – Gondomar.

As Empresas que fazem parte do grupo têm por objeto: (i) adquirir, armazenar e fornecer aos seus membros todos os artigos que se destinam às farmácias; (ii) montar, adquirir ou tomar posição em laboratórios de análises químico-biológicas e para produção industrial de medicamentos ou outros produtos; e (iii) contratar representações, importações ou agenciamento de medicamentos, produtos químicos, dietéticos, cosméticos e outros, bem como aparelhagem para o sector farmacêutico, para aquisição ou utilização dos seus membros, concorrer para o melhoramento da administração e rentabilidade das farmácias dos seus membros, designadamente pela instalação de centros de cálculo, consultoria especializada e serviços técnicos comuns, ou seja, de um modo geral desempenhar quaisquer funções de interesse para os seus membros que sejam permitidas pela legislação em vigor.

Em 31 de dezembro de 2021, as Empresas que constituem o Grupo Cooprofar, suas respetivas sedes e abreviaturas utilizadas, são:

Empresas com sede em Portugal	Ramo de Atividade
<b>Cooprofar, CRL</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Distribuição Farmacêutica.
<b>Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.
<b>Mercafar – Distribuição Farmacêutica, S.A.</b> Sede: Rua Pedro José Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Representação, promoção e distribuição de produtos de saúde em farmácias, parafarmácias e espaços saúde.
<b>Dismed – Transporte de Mercadorias, S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transporte de mercadorias por via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional.
<b>Medlog – Logística Farmacêutica, S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Operador logístico de produtos farmacêuticos.
<b>Medlog 3, Lda.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Prestação de serviços administrativos.
<b>Trans Med, S.A.</b> Sede: Rua Pedro Jose Ferreira, 200 a 210, São Cosme, Gondomar	Prestação de serviços de armazenagem, coordenação, organização e realização de transporte de mercadorias por via terrestre, marítima e aérea no espaço nacional e internacional.
<b>Medlynce – SGPS, S.A.</b> Sede: Rua Consiglieri Pedrosa, N 123 2734-501 Barcarena	Gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indirecta de exercício de actividades económicas.

### Empresas com sede em outros países

### Ramo de Atividade

**Socifarma - Sociedade Farmacêutica Angolana, S.A.** Distribuição Farmacêutica.  
Sede: Rua Presidente Marien N’Gouabi, 45 Maianga  
Luanda Angola

**Mecofarma de Angola - Importação e Comercialização de Medicamentos, S.A** Rede de farmácias.  
Sede: Rua Presidente Marien N’Gouabi, 45 Maianga  
Luanda Angola

Doravante a Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. e as Empresas que fazem parte do grupo são designadas por Grupo ou Grupo Cooprofar.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, sendo esta a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o grupo opera. As operações estrangeiras são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita na Nota 3.1.d).

Na sede social pode ser obtida cópia das demonstrações financeiras consolidadas.

### 2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas respeitam às demonstrações financeiras consolidadas da Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L. e foram preparadas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), em vigor para os exercícios económicos que este documento reporta.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o princípio do custo histórico e, no caso de alguns instrumentos financeiros, ao justo valor, a partir dos livros e dos registos contabilísticos da empresa.

Foram preparadas segundo o regime do acréscimo e tendo em conta as restantes bases de apresentação previstas no SNC: a consistência na apresentação, a materialidade, a agregação, a compensação e a informação comparativa.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de gastos e rendimentos durante o período de reporte. Contudo, todas as estimativas e assunções efetuadas pela Administração foram baseadas no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

Na preparação e divulgação das presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições previstas no SNC e respetivas NCRF.

Não existem contas do balanço consolidado ou da demonstração consolidada dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior. Em 2021 procedeu-se a uma reclassificação no período comparativo de montantes constantes nas rubricas de Ativos Intangíveis para a rubrica Participações Financeiras - Outros métodos, bem como uma reclassificação entre rubricas do Capital Próprio por se considerar que, assim, se obtém uma imagem mais verdadeira e apropriada da posição financeira do grupo.

	31-12-2020	Ajustamento	31-12-2020 (Reexpresso)
Ativos Intangíveis	81 999,97	-80 000,00	1 999,97
Participações Financeiras - Outros Métodos	50 500,00	80 000,00	130 500,00
Reservas Legais	1 629 672,22	-1 190 172,22	439 500,00
Outras Reservas	25 209 871,62	-252 455,27	24 957 416,35
Resultados Transitados	-984 876,36	1 279 474,02	294 597,66
Ajustamentos em ativos financeiros	1 514 814,32	163 153,47	1 677 967,79

### 3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas estão de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

### 3.1. Princípios de Consolidação

São os seguintes os princípios de consolidação adotados pelo grupo:

#### a) Investimentos financeiros em empresas do grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral e detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. As empresas do Grupo incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 6.

Nas concentrações empresariais é seguido o método da compra. Os ativos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como um goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como ganho nas demonstrações financeiras dos resultados do exercício após reconfirmação do justo valor atribuído.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na demonstração dos resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas com as usadas pelo Grupo. As transações, as margens geradas entre empresas do Grupo, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

#### b) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o grupo exerce uma influência significativa, mas não detém o controlo das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais das Empresas - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são inicialmente registadas pelo seu custo de aquisição e anualmente ajustadas pelo valor correspondente à participação do grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício, bem como pelos dividendos recebidos e outras variações patrimoniais ocorridas nas participadas.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas, são reconhecidas como Goodwill. Se essas diferenças forem negativas são registadas como um ganho do período na rubrica da demonstração dos resultados “Outros Rendimentos e Ganhos”, após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gasto as perdas por imparidade que se confirmem. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixam de existir, são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, sendo nesses casos registada uma provisão para fazer face a essas obrigações.

Os ganhos não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento financeiro nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto que não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

#### c) Outros investimentos financeiros

As participações financeiras noutras entidades incluem as entidades sobre as quais o Grupo detém um investimento, mas em relação ao qual não exerce controlo, não tem controlo conjunto, nem influência significativa. Estas participações financeiras são registadas pelo método do custo, sempre que o seu justo valor não é possível de determinar com fiabilidade.

#### d) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio em vigor à data da demonstração da posição financeira, e os custos e os proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como um ganho ou perda na alienação.

### 3.2. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, exceto os edifícios, são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer outros custos diretamente atribuíveis para os colocar na localização e condição necessária para funcionarem da forma pretendida, líquido das respetivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade, conforme está previsto na NCRF 7.

Os edifícios encontram-se valorizados de acordo com o modelo de revalorização, o qual consiste na escrituração dos bens pelo seu justo valor à data da revalorização, menos qualquer depreciação acumulada e menos quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os custos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. São depreciados de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens. Os custos com manutenção e reparações são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

Os aumentos na quantia escriturada de um ativo em resultado do modelo de revalorização são creditados em “Excedentes de revalorização” no capital próprio. As diminuições que compensem aumentos anteriores do mesmo ativo são igualmente levadas aos “Excedentes de revalorização” nos capitais próprios; as restantes diminuições são reconhecidas como gasto do período. Anualmente, a diferença entre a depreciação baseada na quantia escriturada reavaliada do ativo, levada a gastos do período, e a depreciação baseada no custo original do ativo é transferida de “Excedentes de revalorização” para “Resultados transitados”.

As perdas de imparidade detetadas no valor de realização dos ativos fixos tangíveis são registadas no ano em que estimam, por contrapartida da rubrica “Imparidade de investimentos depreciáveis” da demonstração dos resultados.

As depreciações são calculadas, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta e do saldo decrescente em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	4 a 12
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	3 a 8
Outros Ativos Fixos Tangíveis	3

Os valores residuais dos ativos, o método de depreciação e a vida útil estimada são revistos e ajustados, se necessário, na data de balanço. Os impactos são registados em resultados.

Uma parte do montante das depreciações do exercício relativo ao efeito das reavaliações de ativos fixos tangíveis não é aceite como custo para efeitos de determinação da matéria coletável do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC), pelo que 100% das depreciações de exercícios futuros do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis revalorizados e ainda não depreciados não serão aceites para efeitos de determinação da matéria coletável de IRC, tendo a Empresa registado os correspondentes passivos por impostos diferidos.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativo tangível ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de perdas por imparidade acumuladas. Estes ativos são transferidos para ativos fixos tangíveis e depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”, consoante se trate de mais ou menos valias. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em excedentes de revalorização é transferido para resultados transitados.

### 3.3. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, se o Grupo possuir o poder de controlar os mesmos e se possa medir razoavelmente o seu valor.

O custo de aquisição de licenças de software é capitalizado e compreende todos os custos incorridos para a aquisição e para colocar o software disponível para utilização. Esses custos são reintegrados durante o período de vida útil estimado.

As despesas de investigação, efetuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto na demonstração dos resultados do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

A amortização dos ativos intangíveis é calculada, após o início de utilização dos bens (ou se anterior, no momento em que se encontram disponíveis para uso), pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As amortizações do exercício dos ativos intangíveis são registadas na demonstração dos resultados na rubrica “Gastos / reversões de depreciação e de amortização”. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada dos bens, como segue:

	Anos
Programas de computador	3
Projetos de desenvolvimento	1

### 3.4. Locações

Os contratos de locação são classificados ou como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação ou como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo sob locação.

A classificação das locações, em financeiras ou operacionais, é feita em função da substância económica e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo fixo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes, conforme definido acima, e as dívidas pendentes de liquidação, de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo fixo tangível são reconhecidos como gasto na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

### 3.5. Inventários

As mercadorias, encontram-se valorizadas ao custo de aquisição, o qual é inferior ao respetivo valor de mercado. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando o custo médio como método de custeio.

É registada uma imparidade para depreciação de inventários nos casos em que o valor destes bens é inferior ao menor do custo médio de aquisição ou de realização.

São excluídos os custos com empréstimos obtidos. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado, deduzido dos gastos variáveis de venda.

### 3.6. Contas a receber de clientes e outros devedores

As contas a receber de clientes e outros devedores não têm implícitos juros e são reconhecidas inicialmente ao custo histórico, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando a taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a empresa não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das contas a receber.

### 3.7. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios e participações recebidos a fundo perdido, para financiamento de ativos fixos tangíveis, são registados, apenas quando existe uma garantia razoável de recebimento, nas rubricas de Capital sendo reconhecidos como ganho na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações dos ativos fixos tangíveis subsidiados.

Os subsídios relacionados com gastos incorridos são registados como ganho na medida e que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a empresa já tenha incorrido nos gastos subsidiados e que cumpram com as condições exigidas para a sua concessão.

### 3.8. Imparidade de ativos

É efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos do Grupo à data de cada demonstração da posição financeira e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável (definida como a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso, ou como o preço de venda líquido para ativos detidos para alienação), é reconhecida uma perda por imparidade. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

Evidência de existência de imparidade nas contas a receber surge quando:

- a contraparte apresenta dificuldades financeiras significativas;
- se verificam atrasos significativos nos pagamentos principais por parte da contraparte; e
- se torna provável que o devedor vá entrar em liquidação ou em reestruturação financeira.

Para as dívidas a receber, o Grupo utiliza informação histórica e informação dos seus departamentos de controlo de crédito e jurídico, que lhe permitem efetuar uma estimativa dos montantes em imparidade.

No caso dos Inventários, as perdas por imparidade são calculadas com base em indicadores de mercado e em diversos indicadores de rotação dos inventários, os quais são posteriormente revistos e ajustados pelos departamentos responsáveis de forma a garantir que o valor dos inventários não excede o seu valor realizável líquido.

### 3.9. Capital social

Os títulos de capital são classificados em capital próprio.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são apresentados como uma dedução, líquida de impostos, ao valor recebido resultante desta emissão. Os custos diretamente imputáveis à emissão de novas ações ou opções, ou para a aquisição de um negócio, são incluídos no custo de aquisição como parte do valor da compra.

### 3.10. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de custos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração de resultados, ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a empresa possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados em resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os juros vencidos e não liquidados à data do balanço são classificados na rubrica de “Outras contas a pagar”.

### 3.11. Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante dum evento passado, sempre que seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

### 3.12. Fornecedores e Outras Contas a Pagar

As contas a pagar (saldos de fornecedores e outros credores) são responsabilidades assumidas no decurso normal da atividade. Se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos são classificadas como passivo corrente. Caso contrário são classificadas como passivo não corrente.

As contas a pagar classificadas como passivo corrente são registadas pelo seu valor nominal.

As contas a pagar classificadas como passivo não corrente, para as quais não exista uma obrigação contratual pelo pagamento de juros, são mensuradas pelo respetivo custo amortizado, determinado de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

### 3.13. Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação, de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo, e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação.

Os impostos diferidos refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação. Os ativos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de Goodwill ou do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não através de operações de concentração empresarial. Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, à data expectável de reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos ativos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. No final de cada exercício é efetuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado por contrapartida da mesma rubrica.

### 3.14. Especialização de exercícios: gastos e rendimentos

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registados nas rubricas de acréscimos e diferimentos incluídas nas rubricas “Outras contas a receber”, “Outras contas a pagar” e “Diferimentos”.

Os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido são estimados com base na melhor avaliação dos Conselhos de Gerência e Administração das empresas do Grupo.

### 3.15. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços decorrentes da atividade normal da Empresa. O rédito é reconhecido líquido de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

A Empresa reconhece rédito quando este pode ser razoavelmente mensurável, seja provável que a Empresa obtenha benefícios económicos futuros, e os critérios específicos descritos a seguir se encontrem cumpridos. O montante do rédito não é considerado como razoavelmente mensurável até que todas as contingências relativas a uma prestação de serviços estejam substancialmente resolvidas.

### 3.15.1. Comercialização, promoção e representação de produtos de saúde

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando

i) Quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador; e

ii) Na data da prestação dos serviços, não existindo obrigações adicionais a cumprir.

O rédito é reconhecido líquido de devoluções, descontos, abatimentos e outros incentivos. A política geral de devoluções do Grupo permite a devolução dos produtos quando for possível a sua devolução aos fornecedores pela totalidade do valor da compra.

Este segmento inclui essencialmente as transações de distribuição dos produtos de saúde dos produtores às farmácias, unidades hospitalares ou outros espaços de saúde, ou destinados a exportação. Os produtos de saúde são adquiridos aos produtores farmacêuticos e recebidos e armazenados nos armazéns de distribuição do Grupo e posteriormente entregues, na mesma condição em que foram recebidos, ao cliente final. Neste segmento estão também incluídas as chamadas “vendas diretas”, isto é, as transações que, por razões específicas ao produto, são expedidas dos laboratórios farmacêuticos diretamente para os espaços de saúde, uma vez que a responsabilidade primária por estes produtos pertence ao Grupo.

O rédito é reconhecido de forma integral quando o Grupo é o responsável primário da transação, é detentor da titularidade e posse dos produtos, assume o risco de danificação e obsolescência do stock, tem autonomia na definição do preço e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado e entrega e devolução do produto ao cliente. As transações podem cumprir todas estas condições ou a maioria delas.

### 3.15.2. Logística farmacêutica

Este segmento incluiu essencialmente as transações relativas aos contratos de logística dos quais resultam obrigações de armazenamento e distribuição de produtos de saúde.

O rédito referente a este segmento é reconhecido quando o produto é entregue e a maioria dos riscos decorrente da sua titularidade são transferidos para o comprador.

O rédito é reconhecido de forma integral porque o Grupo assume o risco de danificação e obsolescência do stock e assume o risco de perda no recebimento do valor cobrado.

### 3.15.3. Serviços de transporte de produtos de saúde

Este segmento inclui as transações relativas à prestação dos serviços de transporte.

O rédito referente a este segmento é reconhecido na data da prestação dos serviços.

### 3.15.4. Juros e dividendos

Os juros recebidos são reconhecidos atendendo ao regime do acréscimo, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa efetiva durante o período até à maturidade.

Os dividendos são reconhecidos na rubrica “Outros ganhos e perdas líquidos” quando existe o direito de os receber.

### 3.16. Ativos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes são definidos pelo Grupo como (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que uma saída de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo, sendo os mesmos divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo do Grupo.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras do Grupo mas divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas quando é provável a existência de benefício económico futuro.

### 3.17. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira (“adjusting events”) são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira (“non adjusting events”), se materiais, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

### 3.18. Classificação de demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de demonstração da posição financeira são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes, sendo igualmente incluídos nestas rubricas os ativos e os passivos por impostos diferidos.

### 3.19. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes na data das demonstrações da posição financeira. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como ganhos e perdas na demonstração consolidada dos resultados do período.

### 3.20. Juízos de valor, pressupostos críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de algumas estimativas contabilísticas importantes. Também requer que os gestores exerçam o seu julgamento no processo de aplicação das políticas contabilísticas da empresa. As áreas envolvendo um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas onde as premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão descritas nas notas anexas.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

#### Ativos fixos tangíveis/estimativas de vidas úteis:

As depreciações são calculadas sobre o custo de aquisição, a partir da data em que o ativo se encontra disponível para utilização, utilizando-se as taxas que melhor refletem a sua vida útil estimada. Os valores residuais dos ativos e as respetivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato.

#### Impostos diferidos:

Os impostos diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias e os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base de tributação. Para determinação dos impostos diferidos é utilizada a taxa de imposto que se espera estar em vigor no período em que as diferenças temporais são revertidas. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos tendo por base as estimativas futuras de geração de lucro tributável e até ao ponto em que os créditos fiscais detidos podem ser na sua plenitude utilizados durante o período da sua validade. Por este motivo, os impostos diferidos ativos são revistos periodicamente e reduzidos sempre que a sua utilização deixe de ser possível.

#### Imparidade de contas a receber:

Os valores apresentados em 31 de dezembro de 2021 tem por base a melhor estimativa tendo em conta critérios

económicos e de risco associados aos respetivos clientes e devedores.

### 3.21. Política de gestão do risco

No desenvolvimento da sua atividade, o Grupo encontra-se exposto a uma variedade de riscos: risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo, subjacente a uma perspetiva de continuidade das operações no longo prazo, é focado na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos que daí advêm para o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco do Grupo é essencialmente controlada pelo departamento financeiro, de acordo com políticas aprovadas pelos órgãos de gestão do Grupo.

Por risco financeiro, entende-se, a probabilidade de se obterem resultados diferentes do esperado, sejam estes positivos ou negativos, alterando de forma material e inesperada o valor patrimonial da sociedade.

A gestão dos riscos financeiros – incluindo a sua identificação, avaliação e cobertura – é conduzida pela Direção Financeira, e tem como principal objetivo o controlo dos riscos já existentes e aos quais a sociedade se encontra exposta.

#### Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco da contraparte incumprir com as suas obrigações contratuais, resultando em perdas para o Grupo.

A exposição do Grupo ao risco de crédito está maioritariamente associada às contas a receber decorrentes da sua atividade operacional. Neste sentido, o Grupo Cooprofar:

- (i) Tem implementado processos de gestão de crédito e processos de aprovação de crédito;
- (ii) Possui equipa dedicada à gestão do crédito, seu controlo, monitorização e das cobranças;
- (iii) Estabelece para todos os seus clientes os limites de crédito;
- (iv) Possui uma apólice de seguro de crédito no sentido de adequar e ajustar a sua política comercial em face do nível de cobertura de crédito de cada seu cliente.

Os ajustamentos para contas a receber são calculados tomando em consideração (a) o perfil de risco do cliente, (b) o prazo médio de recebimento, e (c) a condição financeira do cliente. Os movimentos destes ajustamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 encontram-se divulgados na Nota 13.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo Cooprofar considera que não existe a necessidade de perdas de imparidade adicionais para além dos montantes registados naquelas datas e evidenciados, de uma forma resumida, na Nota 13.

O montante relativo a clientes e outras dívidas de terceiros apresentado nas demonstrações financeiras, os quais se encontram líquidos de imparidades, representam a máxima exposição do Grupo ao risco de crédito.

#### Risco de taxa de juro

A exposição da sociedade ao risco de taxa de juro advém da existência, no seu balanço, de ativos e passivos financeiros, contratados na sua totalidade a taxa variável, sendo que a sua alteração tem um impacto direto no valor dos juros recebidos / pagos, provocando conseqüentemente variações de caixa.

Os órgãos de gestão do Grupo aprovam os termos e condições dos financiamentos, analisando para tal a estrutura da dívida, os riscos inerentes e as diferentes opções existentes no mercado, nomeadamente quanto ao tipo de taxa de juro (fixa/variável) e, através do acompanhamento permanente das condições e das alternativas existentes no mercado.

#### Análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro

A análise de sensibilidade ao risco de taxa de juro abaixo descrita foi calculada com base na exposição às taxas de juro para os instrumentos financeiros existentes à data da demonstração da posição financeira. Para os passivos com taxa variável, foram considerados os seguintes pressupostos:

- (i) A taxa de juro efetiva é superior em 1 p.p. face à taxa de juro suportada;
- (ii) A base utilizada para o cálculo foi o financiamento do Grupo no final do exercício;
- (iii) Manutenção dos spreads negociados.

As análises de sensibilidade pressupõem a manipulação de uma variável, mantendo todas as outras constantes. Na realidade, este pressuposto dificilmente se verifica, e as alterações em alguns dos pressupostos poderão estar relacionadas.

A sensibilidade do Grupo a variações de taxas de juro nos referidos instrumentos financeiros pode ser resumida como se segue (aumentos/diminuições):

	Varição	2021 Resultados	2020 Resultados
Financiamentos obtidos	+1 p.p.	284 421,46	253 205,28
Financiamentos obtidos	-1 p.p.	-284 421,46	-253 205,28
<b>Varição Resultados</b>		<b>2 021</b>	<b>2 020</b>
Financiamento Final Exercício		28 442 145,80	25 320 527,99
Varição 1 p.p.		284 421,46	253 205,28

#### Risco taxa de câmbio

O Grupo Cooprofar participa no Capital de duas sociedades que operam, exclusivamente, no mercado Angolano, e como tal encontra-se exposta a Risco Cambial de evolução da cotação do Kwanza. A Empresa não contratou ou subscreveu qualquer instrumento de cobertura de variação cambial.

#### Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade para liquidar ou cumprir as obrigações nos prazos definidos e a um preço razoável.

A existência de liquidez nas empresas do Grupo implica que sejam definidos parâmetros de atuação na função de gestão dessa mesma liquidez que permitam maximizar o retorno obtido e minimizar os custos de oportunidade associados à detenção dessa mesma liquidez, de uma forma segura e eficiente.

A gestão de risco de liquidez tem por objetivo garantir que o Grupo Cooprofar possui capacidade para obter atempadamente o financiamento necessário para poder levar a cabo as suas atividades comerciais, implementar a sua estratégia e cumprir com as suas obrigações de pagamento quando estas são devidas.

Com este propósito a gestão de liquidez compreende os seguintes aspetos:

- (i) Planeamento financeiro consistente baseado em previsões de cash-flows de acordo com diferentes horizontes temporais (semanal, mensal, anual e plurianual);
  - (ii) Diversificação das fontes de financiamento;
  - (iii) Diversificação das maturidades da dívida de modo a evitar a concentração excessiva em curtos períodos de tempo de amortização de dívida;
  - (iv) Contratação de linhas de crédito de curto prazo, contratos de factoring, Leasing mobiliário, e outros tipos de operações financeiras, assegurando um balanceamento entre níveis de liquidez e de gastos financeiros suportados.
- A análise da maturidade de cada um dos instrumentos financeiros passivos, é apresentada na Nota 18, com valores não descontados e tendo por base o cenário mais pessimista, isto é, o período mais curto em que o passivo se torna exigível. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o Grupo apresenta um endividamento líquido de 27.233.102,21 euros e 21.730.364,83 euros, respetivamente, divididos entre empréstimos correntes e não correntes (Nota 18) e caixa e depósito bancários (Nota 4) contratados junto de diversas instituições.

#### Outros riscos

Ainda em consequência da localização geográfica referida, a prestação de contas pelas sociedades angolanas (Socifarma S.A. e Mecofarma S.A.) é um processo moroso.

#### 4. Fluxos de Caixa

A 31 de dezembro de 2021, todos os saldos de caixa e seus equivalentes encontram-se disponíveis para uso, com exceção dos depósitos a prazo constituídos como colateral de garantias contratadas para apresentação, nos concursos públicos portugueses, nos concursos de Cabo Verde e ainda no âmbito do COMPETE 2020.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem e a prazo em bancos e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com cotação, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Os descobertos bancários são incluídos na rubrica “Financiamentos obtidos”, expresso no “Passivo Corrente”.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2021	2020
Caixa	17 469,25	17 373,89
Depósitos à ordem	855 665,53	3 219 880,46
Depósitos a prazo	335 908,81	352 908,81
	1 209 043,59	3 590 163,16

(Nota: Ativos financeiros são depósitos a prazo com vencimento em 2023.)

#### 5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas ou alterações significativas de estimativas, nem identificados erros materiais que devessem ser corrigidos.

#### 6. Empresas do grupo incluídas na consolidação

As Empresas do Grupo incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral e a respetiva proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2021 e 2020, são como se segue:

Empresa	2021	2020	Método de Consolidação
	Participação %	Participação %	
<b>Cooprofar, C.R.L.</b>	<b>Empresa - mãe</b>	<b>Empresa - mãe</b>	<b>Empresa - mãe</b>
Medlog – Investimentos e Participações, SGPS, S.A.	100%	100%	Integral
Mercafar – Distribuição Farmacêutica, S.A.	100%	100%	Integral
Dismed – Transporte de Mercadorias, S.A.	100%	100%	Integral
Medlog – Logística Farmacêutica, S.A.	100%	100%	Integral
Medlog 3, Lda.	100%	100%	Integral
Trans Med, S.A.	100%	100%	Integral
Medlynce – SGPS, S.A.	31,25%	31,25%	M.E.P.

#### 7. Ativos fixos tangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Terrenos e recur. naturais	Edif. e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros AFT	AFT em curso	Total
<b>01 de janeiro de 2020</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	3 527 311,54	11 131 361,01	1 119 592,41	2 627 459,29	2 137 208,09	7 205 482,17	733 000,00	28 481 414,51
Depreciação acumulada	0,00	-9 299 704,06	-1 059 981,26	-2 119 635,67	-1 904 612,58	-6 792 192,96	0,00	-21 176 126,52
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>3 527 311,54</b>	<b>1 831 656,96</b>	<b>59 611,15</b>	<b>507 823,62</b>	<b>232 595,51</b>	<b>413 289,21</b>	<b>733 000,00</b>	<b>7 305 287,99</b>
<b>Movimentos de 2020</b>								
Aquisições	0,00	0,00	69 112,45	144 144,91	159 937,29	157 548,99	2 053 830,52	2 584 574,16
Alienações	0,00	0,00	0,00	-591 618,14	-4 931,22	0,00	0,00	-596 549,36
Transferências/abates valor aquisição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/abates depreciações acumuladas	0,00	0,00	0,00	591 618,14	4 931,22	0,00	0,00	596 549,36
Depreciação do exercício	0,00	-822 561,23	-25 609,11	-296 430,64	-159 213,48	-455 434,97	0,00	-1 759 249,43
<b>Valor líquido final</b>	<b>0,00</b>	<b>-822 561,23</b>	<b>43 503,34</b>	<b>-152 285,73</b>	<b>723,81</b>	<b>-297 885,98</b>	<b>2 053 830,52</b>	<b>825 324,73</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	3 527 311,54	11 131 361,01	1 188 704,86	2 179 986,06	2 292 214,16	7 363 031,16	2 786 830,52	30 469 439,31
Depreciação acumulada	0,00	-10 122 265,28	-1 085 590,37	-1 824 448,17	-2 058 894,84	-7 247 627,93	0,00	-22 338 826,59
<b>Valor líquido final</b>	<b>3 527 311,54</b>	<b>1 009 095,73</b>	<b>103 114,49</b>	<b>355 537,89</b>	<b>233 319,32</b>	<b>115 403,23</b>	<b>2 786 830,52</b>	<b>8 130 612,72</b>
<b>01 de janeiro de 2021</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	3 527 311,54	11 131 361,01	1 188 704,86	2 179 986,06	2 292 214,16	7 363 031,16	2 786 830,52	30 469 439,31
Depreciação acumulada	-10 122 265,28	-10 122 265,28	-1 085 590,37	-1 824 448,17	-2 058 894,84	-7 247 627,93	0,00	-22 338 826,59
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>3 527 311,54</b>	<b>1 009 095,73</b>	<b>103 114,49</b>	<b>355 537,89</b>	<b>233 319,32</b>	<b>115 403,23</b>	<b>2 786 830,52</b>	<b>8 130 612,72</b>
<b>Movimentos de 2021</b>								
Aquisições		14 508,40	24 895,00	903 252,56	32 427,14	1 938 019,84	1 900,00	2 915 002,94
Alienações				-345 434,95		-2 300,00		-347 734,95
Transferências/abates valor aquisição			28 830,52			2 700 000,00	-2 786 830,52	2 728 830,52
Transferências/abates depreciações acumuladas				334 065,54				334 065,54
Depreciação do exercício		-718 891,10	-39 130,91	-477 239,35	-107 570,75	-197 645,20		-1 540 477,31
<b>Valor líquido final</b>	<b>0,00</b>	<b>-704 382,70</b>	<b>14 594,61</b>	<b>414 643,80</b>	<b>-75 143,61</b>	<b>4 438 074,64</b>	<b>-2 784 930,52</b>	<b>4 089 686,74</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>								
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	3 527 311,54	11 145 869,41	1 242 430,38	2 737 803,67	2 324 641,30	11 998 751,00	1 900,00	32 978 707,30
Depreciação acumulada	0,00	-10 841 156,38	-1 124 721,28	-1 967 621,98	-2 166 465,59	-7 445 273,13	0,00	-23 545 238,36
<b>Valor líquido final</b>	<b>3 527 311,54</b>	<b>304 713,03</b>	<b>117 709,10</b>	<b>770 181,69</b>	<b>158 175,71</b>	<b>4 553 477,87</b>	<b>1 900,00</b>	<b>9 433 468,94</b>

As principais variações ocorridas durante o exercício são referentes à alienação e aquisição de viaturas para renovação de frota das empresas de transporte do grupo, aquisição de equipamentos para a operação logística e renovação de material informático, nomeadamente computadores, e a conclusão da instalação de um OSR nas instalações de Gondomar.

#### 8. Ativos Intangíveis

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade Industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intang. em curso	Total
<b>01 de janeiro de 2020</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	1 032 956,95	604 721,44	118 007,51	0,00	69 800,00	1 825 485,90
Amortização acumulada	-1 032 956,95	-600 663,76	-118 007,51	0,00	-68 000,00	-1 819 628,22
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>0,00</b>	<b>4 057,68</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 800,00</b>	<b>5 857,68</b>
<b>Movimentos de 2020</b>						
Aquisições	12 200,00	3 000,00	0,00	0,00	0,00	15 200,00
Alienações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências/abates valor aquisição	1 800,00	0,00	0,00	0,00	-1 800,00	0,00
Transferências/abates amortização acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização do exercício	-14 000,00	-5 057,71	0,00	0,00	0,00	-19 057,71
<b>Valor líquido final</b>	<b>0,00</b>	<b>-2 057,71</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>-1 800,00</b>	<b>-3 857,71</b>
<b>31 de dezembro de 2020</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	1 046 956,95	607 721,44	118 007,51	0,00	68 000,00	1 840 685,90
Amortização acumulada	-1 046 956,95	-605 721,47	-118 007,51	0,00	-68 000,00	-1 838 685,93
<b>Valor líquido final</b>	<b>0,00</b>	<b>1 999,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 999,97</b>

	Projetos de desenvolvimento	Programas de computador	Propriedade industrial	Outros ativos intangíveis	Ativos intangíveis em curso	Total
<b>01 de janeiro de 2021</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	1 046 956,95	607 721,44	118 007,51			1 772 685,90
Amortização acumulada	-1 046 956,95	-605 721,47	-118 007,51			-1 770 685,93
<b>Valor líquido inicial</b>	<b>0,00</b>	<b>1 999,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1 999,97</b>
<b>Movimentos de 2021</b>						
Aquisições		6 375,00				6 375,00
Alienações						0,00
Transferências/abates valor aquisição						0,00
Transferências/abates amortização acumuladas						0,00
Amortização do exercício		-3 125,00				-3 125,00
<b>Valor líquido final</b>	<b>0,00</b>	<b>3 250,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>3 250,00</b>
<b>31 de dezembro de 2021</b>						
Valor de aquisição ou reavaliado líquido de imparidades	1 046 956,95	614 096,44	118 007,51			1 779 060,90
Amortização acumulada	-1 046 956,95	-608 846,47	-118 007,51			-1 773 810,93
<b>Valor líquido final</b>	<b>0,00</b>	<b>5 249,97</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>5 249,97</b>

## 9. Locações

Em 31 de dezembro de 2021, a empresa mantinha responsabilidades como locatária, relativas a rendas vincendas de contratos de locação financeira relativos a viaturas ligeiras de mercadorias, e equipamento Informático no montante de 870 397,16 euros (2020: 553 460,23 euros), as quais se encontram incluídas na rubrica “Financiamentos Obtidos” (Nota 18).

Os termos dos atuais contratos em vigor não incluem cláusulas relativas a pagamentos de rendas contingentes.

## 10. Participações financeiras e outros investimentos

### 10.1. Participações em associadas

Os movimentos ocorridos nos valores destas participações financeiras durante os exercícios de 2021 e 2020 podem ser resumidos da seguinte forma:

Rúbrica	Participações financeiras - Método da equivalência patrimonial			
Empresa	% Participação Efetiva	2021	2020	Método de Contabilização
Medlynce – SGPS, S.A.	31,25%	3 674 536,53	3 674 536,53	M.E.P.
		3 674 536,53	3 674 536,53	

À data de elaboração do presente anexo, as contas da nossa participada Medlynce, SGPS, S.A., ainda não se encontram certificadas, razão pela qual não foram consideradas neste relatório. Importa-nos neste ponto referir que a exemplo de anos anteriores, esperamos que este ano se mantenha a demonstrada fiabilidade das demonstrações financeiras das subsidiárias.

### 10.2. Participações financeiras – outros métodos

Rúbrica	Participações financeiras - Outros métodos			
Empresa	% Participação Efetiva	2021	2020	Método de Consolidação
Norgarante	n/d	17 500,00	17 500,00	Custo de Aquisição
Lisgarante	n/d	8 000,00	8 000,00	Custo de Aquisição
FCT	n/d	30 448,12	0,00	Custo de Aquisição
EGP	n/d	80 000,00	80 000,00	Custo de Aquisição
INEGI	n/d	25 000,00	25 000,00	Custo de Aquisição
		160 948,12	130 500,00	

## 11. Impostos diferidos

Nos termos da legislação em vigor os prejuízos fiscais obtidos em Portugal o período de reporte de prejuízos fiscais para os exercícios ainda em aberto, é como segue:

- i) Prejuízos fiscais gerados em 2012 e 2013: 5 anos
- ii) Prejuízos fiscais gerados em 2014: 12 anos
- iii) Prejuízos fiscais gerados em 2015: 12 anos

A partir de 2012 (inclusive) a dedução de prejuízos fiscais reportados, apurados em exercícios anteriores ou em curso (i.e., compreende todos prejuízos reportados identificados nas alíneas i), ii) e iii) acima) está limitada a 75% do lucro tributável apurado em cada exercício e a partir de 2014 (inclusive) está limitada a 70% do lucro tributável apurado em cada exercício.

Esta situação obriga à avaliação anual do montante de imposto diferido passível de ser recuperado nos prazos acima indicados.

Rúbrica	Passivos por impostos diferidos			
	Revalorização do AFT	Deprec. não aceites como custo fiscal	Outros	Total
<b>01 de janeiro de 2020</b>	<b>91 362,80</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>91 362,80</b>
Impacto na Demonstração de Resultados	-76 631,27	0,00	0,00	-76 631,27
Impacto no Capital Próprio		0,00	0,00	0,00
<b>31 de dezembro de 2020</b>	<b>14 731,53</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>14 731,53</b>
Impacto na Demonstração de Resultados		0,00	0,00	0,00
Impacto no Capital Próprio	-7 365,76	0,00	0,00	-7 365,76
<b>31 de dezembro de 2021</b>	<b>7 365,77</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>7 365,77</b>

Os impostos diferidos passivos são relativos à revalorização dos ativos fixos tangíveis, estando relacionados com itens do capital próprio.

Excluindo a Empresa-mãe (pela sua natureza societária), as restantes empresas do Grupo são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (“RETGS”) previsto nos artigos 69º e 70º do Código do IRC.

No exercício fiscal de 2021, as empresas do grupo encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa normal de 21%, acrescida de derrama municipal à taxa máxima de 1,5% incidente sobre o lucro tributável.

Adicionalmente, sobre a parte do lucro tributável superior a 1.500.000 euros sujeito e não isento de IRC incidem as seguintes taxas de derrama estadual: 3% sobre a parte superior a 1.500.000 euros e inferior a 7.500.000 euros; 5% sobre a parte superior a 7.500.000 euros e até 35.000.000 euros; e 9% que incide sobre a parte do lucro tributável que exceda 35.000.000 euros.

Nos termos do artigo 88.º do Código do IRC as empresas do grupo encontram-se, adicionalmente, sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos, às taxas previstas no referenciado normativo.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais das empresas sediadas em Portugal estão sujeitas a revisão e correção por parte da administração tributária durante um período de 4 anos (5 anos para a Segurança Social), exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, caso estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais do Grupo dos anos de 2017 a 2021 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A Administração do Grupo entende que as eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte da administração tributária àquelas declarações de impostos dos exercícios em aberto à inspeção não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

A taxa de IRC em vigor para 2021 é de 21%.

## 12. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Mercadorias	31 630 448,07	32 249 908,49
Matérias Primas, Subsidiárias e de Consumo	0,00	0,00
Produtos Acabados e em Curso de Fabrico	0,00	0,00
<b>Perdas por imparidade acumuladas em inventários</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
	<b>31 630 448,07</b>	<b>32 249 908,49</b>

A demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no período findo a 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como se segue:

CMV	2021	2020
Inventários Iniciais	32 249 908,49	35 139 460,21
Compras de mercadorias	358 904 989,59	364 798 841,06
Perdas em Inventários	-918 291,17	-473 657,75
Ganhos em Inventários	97 367,14	1 453,21
Inventários Finais	31 630 448,07	32 249 908,49
	<b>358 703 525,98</b>	<b>367 216 188,24</b>

## 13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2021	2020
Clientes - conta corrente	39 641 256,18	37 711 732,73
Clientes - créditos cedidos		0,00
Clientes - partes relacionadas	4 021 422,36	1 853 246,24
Clientes cobrança duvidosa	7 529 821,31	6 608 180,17
<b>Perdas por imparidade acumuladas em clientes</b>	<b>-7 529 821,31</b>	<b>-6 605 595,75</b>
	<b>43 662 678,54</b>	<b>39 567 563,39</b>

Os movimentos ocorridos no período em Perdas por Imparidade foram os seguintes:

01 de janeiro de 2020	Aumento	Diminuições	Utilização	31 de dezembro de 2020
6 166 263,51	638 999,31	-201 253,14	1 586,07	6 605 595,75

01 de janeiro de 2021	Aumento	Diminuições	Utilização	31 de dezembro de 2021
6 605 595,75	1 329 779,05	-153 312,30	-252 241,19	7 529 821,31

Os montantes apresentados na demonstração da posição financeira encontram-se líquidos das perdas acumuladas de imparidade que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a política contabilística adotada e divulgada bem como na avaliação da sua conjuntura e envolvente económica na data de demonstração da posição financeira.

A Cooperativa detém ainda inúmeras Garantias (tais como 1º e 2º Penhor de Alvarás e estabelecimentos de farmácia e Hipotecas sobre Imóveis) de forma a minimizar o risco de crédito. No entanto estas medidas apenas garantem o crédito e não são tidas em conta na nossa política de concessão de crédito.

Os montantes de saldos dos clientes inscritos no ativo não estão influenciados por adiantamentos efetuados por conta de serviços/mercadorias a adquirir, os quais são apresentados no passivo na rubrica de "Outras contas a pagar (adiantamento de clientes)".

## 14. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "Estado e Outros Entes Públicos" pode ser detalhada como se segue:

Rúbrica	Ativo Corrente - Estado e outros entes públicos	
	2021	2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	331 453,98	509 406,19
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	655,15	6 967,15
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	1 386 176,37	1 211 149,04
Segurança Social	0,00	984,55
Outros Impostos e Taxas	0,00	1 107 017,39
	<b>1 718 285,50</b>	<b>2 835 524,32</b>

Rúbrica	Passivo Corrente - Estado e outros entes públicos	
	2021	2020
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	1 034 336,35	847 179,44
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares - IRS	83 138,83	97 500,20
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	53 634,08	120 717,27
Segurança Social	110 590,71	79 900,50
Outros Impostos e Taxas		0,00
	<b>1 281 699,97</b>	<b>1 145 297,41</b>

Informa-se que a empresa não tem dívidas em mora:

- à Segurança Social, nos termos do artigo 210º do Código dos Regimes contributivos do Sistema Previdencial de Segurança Social.
- ao Estado, nos termos da Lei.

Na rubrica Outros Impostos e Taxas constava em 2020 o valor de 1 107 017,39€ referente a imposto do selo liquidado pela Autoridade Tributária e Aduaneira por discordância quanto ao tratamento dado pela empresa relativamente àquele imposto incidente sobre o valor da emissão de letras de câmbio. Tal montante, que se refere aos exercícios de 2006, 2007 e 2008, foi regularizado pela empresa, anteriormente impugnado judicialmente por discordância com aquela Autoridade e no exercício de 2021 levado a imparidade, posição sugerida pela KPMG e pelo revisor oficial de contas, dado tratar-se de um processo antigo e de recuperação considerada difícil.

A opinião do consultor jurídico quanto ao desfecho dos processos é de que a posição do Grupo Cooprofar acabará por assumir vencimento, mesmo que recorrendo a instâncias judiciais superiores.

#### 15. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rúbrica	Ativo Corrente - Outras contas a receber	
	2021	2020
Adiantamento a fornecedores		0,00
Pessoal	180 088,51	310 356,96
Juros a receber		0,00
Acréscimos de Rendimentos	1 854 997,49	1 828 469,14
Devedores Diversos		0,00
Outras contas a receber	<u>2 548 066,31</u>	<u>2 511 066,52</u>
	<b>4 583 152,31</b>	<b>4 649 892,62</b>
Perdas por imparidade acumuladas em outras contas a receber	0,00	0,00
	<u>4 583 152,31</u>	<u>4 649 892,62</u>

Os montantes contabilizados a 31 de dezembro de 2021 e 2020 são referentes essencialmente a empréstimos e ainda a acertos de serviços prestados no negócio “comércio internacional” e a devedores de pequenos montantes.

#### 16. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rúbrica	Ativo Corrente - Diferimentos	
	2021	2020
Seguros a reconhecer	399 495,44	426 066,72
Outros gastos a reconhecer	<u>339 826,60</u>	<u>263 369,50</u>
	<b>739 322,04</b>	<b>689 436,22</b>
Rúbrica	Passivo Corrente - Diferimentos	
	2021	2020
Seguros a reconhecer	0,00	0,00
Subsídios do governo	0,00	0,00
Outros rendimentos a Reconhecer	<u>0,00</u>	<u>0,00</u>
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

O Grupo reconhece os gastos de acordo com a especialização económica dos mesmos, independentemente do seu pagamento. No final de cada período são diferidos, nesta rubrica, despesas já pagas mas que apenas devem afetar economicamente o(s) período(s) seguinte(s).

#### 17. Capital próprio

O Capital social é de 300.500 euros, encontrando-se totalmente realizado.

É constituído por títulos nominativos de 5€ cada um. No início do período o capital era composto por 61.400 títulos; e no fim por 60.100 títulos.

O detalhe dos movimentos em capitais próprios encontra-se apresentado na Demonstração das Alterações dos Capitais Próprios.

#### Dividendos

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Sócios não foi pago, neste exercício, nenhum valor referente a dividendos.

#### Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual de cada sociedade, apurado nas suas contas individuais, tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

#### Excedentes de revalorização

As reservas de revalorização dizem respeito ao montante da reserva de revalorização de ativos fixos tangíveis, líquido de impostos diferidos.

Ficaram totalmente realizados em 2021.

#### Outras reservas

As reservas disponíveis para distribuição aos sócios são apuradas com base nas Demonstrações Financeiras individuais da Empresa-mãe.

#### Ajustamentos em ativos financeiros

Refletem os ajustamentos decorrentes da aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP).

#### 18. Financiamentos Obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o detalhe da rubrica “Financiamentos Obtidos” foi como se segue:

	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos bancários	3 015 908,23	16 089 540,04	19 105 448,27	2 372 812,15	15 191 387,96	17 564 200,11
Descobertos bancários	5 493 409,21	0,00	5 493 409,21	3 688 826,18	850 615,98	4 539 442,16
Contas Caucionadas	1 800 000,00	0,00	1 800 000,00	416 098,52	0,00	416 098,52
Factoring	4 664,01	0,00	4 664,01	325 833,02	0,00	325 833,02
Locações financeiras	529 316,43	301 087,23	830 403,66	377 106,11	176 354,12	553 460,23
Letras de clientes descontadas	1 208 220,65	0,00	1 208 220,65	1 921 493,95	0,00	1 921 493,95
	<b>12 051 518,53</b>	<b>16 390 627,27</b>	<b>28 442 145,80</b>	<b>9 102 169,93</b>	<b>16 218 358,06</b>	<b>25 320 527,99</b>

Em 31 de Dezembro de 2021 o grupo apresenta um endividamento de curto prazo de 12.051.518,53 euros para o qual não existe expectativa de que se venha a entrar em incumprimento.

A 31 de dezembro de 2020, a maturidade dos financiamentos obtidos não correntes é a seguinte:

Anos	2021	2020
]1-5] anos	16 390 627,27	16 218 358,06
+ 5 anos		0,00
	<b>16 390 627,27</b>	<b>16 218 358,06</b>

#### 19. Acionistas / Sócios

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Ativo Corrente - Acionistas / Sócios  
Ativo Não Corrente - Acionistas / Sócios

Ativo	2021		2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Sócios</b>				
	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

Passivo Não Corrente - Acionistas / Sócios

Passivo	2021		2020	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
<b>Sócios</b>	185 555,83		185 555,83	
	<b>185 555,83</b>	<b>0,00</b>	<b>185 555,83</b>	<b>0,00</b>

#### 20. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica era composta por saldos correntes a pagar a fornecedores, que se vencem todos no curto prazo.

Saldo corrente de Fornecedores	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores - conta corrente	31 649 389,11	31 183 188,88
Fornecedores - faturas em receção e conferência	320 367,55	3 301 827,93
	<b>31 969 756,66</b>	<b>34 485 016,81</b>

#### 21. Outras Contas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 esta rubrica tinha a seguinte composição:

Rúbrica	Passivo Corrente - Outras Contas a Pagar	
	2021	2020
Pessoal	12 450,03	0,00
Saldos credores de clientes	208 841,69	0,00
Fornecedores de Investimento	248 827,82	22 998,00
Remunerações a liquidar	841 386,35	929 186,83
Benefício após emprego		0,00
Acréscimos de gastos	1 176 785,54	1 884 920,84
Rappel a liquidar	27 095,07	71 158,38
Juros a pagar		0,00
Credores por subscrições não liberadas		0,00
Credores Diversos	653 190,79	1 647 784,54
	<b>3 168 577,29</b>	<b>4 556 048,59</b>

Os montantes contabilizados a 31 de dezembro de 2021 e 2020 são referentes essencialmente a remunerações a liquidar, aos acertos de serviços prestados no âmbito do comércio internacional com os nossos clientes – Industria farmacêutica, a descontos financeiros a conceder a clientes, a fornecedores de imobilizado e diversos fornecedores de serviços regulares, que o Grupo adquire mensalmente.

#### 22. Vendas e prestações de serviços

O detalhe das vendas e prestações de serviços por produto, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foi como se segue:

	2021	2020
<b>Vendas de mercadorias</b>	388 566 548,09	394 225 247,34
<b>Prestação de serviços</b>	2 235 900,38	3 272 537,98
	<b>390 802 448,47</b>	<b>397 497 785,32</b>

A variação desta rúbrica face ao período homólogo está relacionada com a diminuição de venda de mercadorias no mercado internacional, quer directamente, quer através de clientes nacionais.

### 23. Subsídios governamentais e de outras entidades públicas

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de ações de formação profissional, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

Foram recebidos subsídios à exploração no exercício, e reconhecidos na demonstração dos resultados (cta 75 – subsídios à exploração) no valor de 4.982,10 euros (ano de 2021). No ano anterior haviam sido recebidos 19 939,70 euros, montante da mesma natureza.

A empresa cumpriu e cumpre todos requisitos legais e contributivos necessários á atribuição dos subsídios.

### 24. Fornecimentos e serviços externos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica de “Fornecimentos e Serviços Externos” tem a seguinte composição:

Rúbrica	Fornecimentos e serviços externos	
	2021	2020
Subcontratos	2 261 718,21	3 553 688,13
Trabalhos Especializados	767 449,61	650 506,10
Publicidade e Propaganda	54 079,22	7 116,88
Vigilância e Segurança	193 562,69	192 734,00
Honorários	72 095,69	76 824,40
Conservação e Reparação	904 692,74	858 809,58
Materiais	86 429,81	217 111,85
Energia e Fluidos	898 524,91	908 932,09
Deslocações, Estadas	262 187,05	415 311,29
Transportes	1 167 805,35	874 193,25
Rendas e alugueres	174 146,26	296 977,95
Comunicação	77 828,45	69 117,74
Seguros	629 768,95	707 394,24
Contencioso e notariado	11 472,04	15 672,22
Despesas de Representação	48 730,84	29 513,79
Limpeza, Higiene e conforto	161 018,57	176 685,35
Royalties	0,00	0,00
Outros Serviços	93 015,20	8 929,07
	<b>7 864 525,59</b>	<b>9 059 517,93</b>

Sobre os valores atrás há que considerar especialmente a variação em “Outros Serviços”, relacionada com o trabalho solicitado à KPMG, a variação em “Publicidade e Propaganda”, decorrente da festa de aniversário dos 46 anos da Cooprofar. De resto as demais variações derivam especialmente de racionalização operacional operada no segundo semestre do ano.

### 25. Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados como se segue:

	2021	2020
Remunerações dos órgãos sociais	194 459,33	155 740,00
Remunerações do pessoal	5 150 007,91	5 273 975,56
Indemnizações	18 500,00	0,00
Encargos sobre remunerações	1 048 434,77	1 101 482,31
Seguros acidente trabalho	85 602,03	638,38
Gastos de ação social	350 062,38	255 457,67
Outros gastos com pessoal	259 922,06	219 484,73
	<b>7 106 988,48</b>	<b>7 006 778,65</b>

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 280 e 279 colaboradores, respetivamente.

### 26. Outros rendimentos e ganhos / Outros gastos e perdas

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, as rubricas “Outros rendimentos e ganhos” e “Outros gastos e perdas” tem a seguinte composição:

Outros rendimentos e ganhos	2021	2020
Proveitos Suplementares	53,04	20 217,35
Descontos p.p. obtidos	2 654 402,59	2 731 141,00
Recuperação de dívidas a receber		0,00
Ganhos em Inventários	97 367,14	1 453,21
Ganhos em alienações de Ativos Fixos Tangíveis / Ativos Intangíveis		0,00
Rendimentos e Ganhos em Ativos Financeiros	319,53	0,00
Rendimentos e Ganhos em Inv. Não Financeiros	55 078,06	53 147,70
Correções Relativas Períodos Anteriores	256 249,52	925,25
Excesso de Estimativa para Impostos	0,00	0,00
Imputação de subsídios para investimentos		0,00
Diferenças de câmbio favoráveis		0,00
Outros rendimentos e ganhos	146 437,08	92 329,01
	<b>3 209 906,96</b>	<b>2 899 213,52</b>

### Outros gastos e perdas

	2021	2020
Impostos	75 169,91	30 213,79
Descontos p.p. concedidos	9 714 585,09	9 523 821,93
Dívidas Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em Inventários	918 291,17	473 657,75
Gastos e Perdas em Inv. Não Financeiros	10 045,14	1 689,41
Correções Relativas Períodos Anteriores	340 492,01	247 102,10
Donativos		35 237,02
Quotizações		120,00
Insuficiência da estimativa para impostos	151 816,11	0,00
Outros gastos e perdas	170 464,72	92 844,98
	<b>11 380 864,15</b>	<b>10 404 686,98</b>

## 27. Locações Operacionais

À data de 31 de dezembro de 2021, o grupo mantinha contratos considerados como locação operacional relativo ao armazém de Aveiro e ao software SAP.

Os pagamentos realizados ao abrigo destes contratos foram reconhecidos como gastos no período na rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos – Rendas e Alugueres (Nota 23) e encontram-se detalhados de seguida:

Gastos	2021	2020
Pagamentos mínimos	0,00	130 533,48
Rendas contingentes	0,00	0,00
	<b>0,00</b>	<b>130 533,48</b>

## 28. Gastos / Rendimentos financeiros líquidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os resultados financeiros têm a seguinte composição:

Rúbrica	Juros e gastos similares suportados	
	2021	2020
Juros suportados de financiamentos obtidos	836 120,99	1 078 412,52
Outros gastos e perdas relativos a financiamentos	338 637,15	327 329,10
	<b>1 174 758,14</b>	<b>1 405 741,62</b>

	2021	2020
Juros Obtidos	237 417,28	329 072,46
Recuperação de encargos financeiros		43 901,06
Outros proveitos e ganhos relativos a financiamentos	34 854,31	0,00
	<b>272 271,59</b>	<b>372 973,52</b>

As variações nestas rubricas decorrem essencialmente da diminuição das necessidades de financiamento ao longo do ano.

## 29. Imposto sobre o rendimento

Em 31 de dezembro de 2021 o gasto de impostos detalha-se da seguinte forma:

Rúbrica	Imposto sobre rendimento do período	
	2021	2020
Imposto Corrente	1 636 154,07	847 179,44
Imposto Diferido		-76 631,27
	<b>1 636 154,07</b>	<b>770 548,17</b>

	2021			2020		
	Base	Taxa	Imposto	Base	Taxa	Imposto
Resultado Antes de Imposto	3 584 361,32	21%	752 715,88	3 659 966,07	21%	768 592,87
Diferenças permanentes						
Efeito MEP		21%	0,00		21%	
Benefícios fiscais à matéria coletável		21%	0,00	0,00	21%	0,00
Benefícios fiscais à coleta		21%	-66 085,37	0,00	21%	0,00
Ajustamentos e perdas por imparidade não aceites fiscalmente	2 421 261,31	21%	508 464,88	0,00	21%	0,00
Ajustamentos - gastos diversos não aceites fiscalmente	836 383,46	21%	175 640,53	939 505,29	21%	197 296,11
Outros	-98 280,50	21%	-20 638,91	-7 630,08	21%	-1 602,32
Derrama municipal			86 098,82			49 228,89
Derrama estadual			101 869,43			32 981,42
Tributação autónoma			60 194,47			44 701,62
Insuficiência/(excesso) de estimativa de imposto relativa a anos anteriores						
Impostos diferidos ativos						0,00
Reconhecidos em relação a diferenças temporárias de períodos anteriores						-76 631,27
Não reconhecidos sobre diferenças temporárias do período						
Não recuperados/aproveitados						
Impostos diferidos passivos						
Impacto pela revisão da taxa legal						
Outros			37 894,35			-244 019,16
<b>Gastos/rendimentos de impostos</b>			<b>1 636 154,07</b>			<b>770 548,17</b>

O gasto de impostos sobre lucros difere do montante teórico que resultaria da aplicação da taxa nominal ao resultado antes de impostos.

A decomposição dos Impostos Diferidos encontra-se na Nota 11.

## 30. Entidades relacionadas

Os saldos e transações entre a Empresa-mãe e as suas subsidiárias, que são entidades relacionadas da Empresa-mãe, foram eliminados no processo de consolidação, pelo que não serão divulgadas nesta Nota, com exceção das transações feitas com duas sociedades participadas em Angola, para as quais foram efetuadas as seguintes vendas em 2021:

	Socifarma	Mecofarma
<b>Mercafar</b>	5.287.993,65€	710€

## 31. Ativos e Passivos Financeiros

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os ativos e passivos financeiros detalham-se como se segue:

Ativos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2021	2020
Outros ativos financeiros	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	752 940,00	752 940,00
Clientes	Clientes	Custo amortizado	43 662 678,54	39 567 563,39
Acionistas / Sócios	Contas a Receber	Custo amortizado	0,00	0,00
Outras contas a receber	Contas a Receber	Custo amortizado	4 583 152,31	4 649 892,62
Caixa e equivalentes de caixa	Outros ativos financeiros	Custo amortizado	1 209 043,59	3 590 163,16
		<b>Total ativos financeiros</b>	<b>50 207 814,44</b>	<b>48 560 559,17</b>
Passivos Financeiros	Categoria	Método de Valorização	2021	2020
Financiamentos obtidos	Empréstimos	Custo amortizado	27 233 925,14	23 399 034,04
Fornecedores	Contas a Pagar	Custo amortizado	31 969 756,66	34 485 016,81
Acionistas / Sócios	Contas a Pagar	Custo amortizado	185 555,83	185 555,83
Outras contas a pagar	Contas a Pagar	Custo amortizado	3 168 577,29	4 556 048,59
		<b>Total passivos financeiros</b>	<b>62 557 814,92</b>	<b>58 069 606,68</b>

### 32. Ativos e Passivos Contingentes

Os passivos contingentes respeitantes a garantias bancárias prestadas e respetivos beneficiários são as que se seguem na tabela abaixo:

Entidade	Descrição	Valor	Beneficiário
BCP	garantia bancária	20 000,00	Lab Militar Prod Quimicos Farmaceuticos
Santander	garantia bancária	495,00	Governo Civil Lisboa
BPI	garantia bancária	108 405,00	EMPROFAC
BPI	garantia bancária	83 263,00	EMPROFAC
BPI	garantia bancária	49 655,81	EMPROFAC

### 33. Eventos subsequentes

Não ocorreram factos relevantes após a data de reporte das contas para além do já abordado tema da pandemia provocada pelo coronavírus, bem como do conflito Ucrânia-Rússia. Como referido no relatório de gestão, apesar da incerteza quanto aos reais efeitos da mesma na nossa atividade, consideramo-nos preparados para enfrentar o desafio.

### 34. Remuneração do Revisor Oficial de Contas

Os honorários pagos à sociedade de Revisores Oficiais de Contas, “Carmo & Cerqueira, SROC, Lda” para os dados de 2021, e de 2020 foram os seguintes:

	2021	2020
Honorários de revisão legal	78 980,00	91 500,00
- Contas individuais	53 380,00	85 000,00
- Contas consolidadas	25 600,00	6 500,00
Honorários de serviços de garantia de fiabilidade	0,00	0,00
Honorários de consultoria fiscal	0,00	0,00
Outros	5 000,00	5 000,00
	83 980,00	91 500,00

### 35. Matérias ambientais

A empresa adota as medidas necessárias relativamente à área ambiental, com o objetivo de cumprir com a legislação vigente.

A Administração da empresa não estima que existam riscos relacionados com a proteção e a melhoria ambiental, não tendo recebido quaisquer contraordenações relacionadas com esta matéria durante o exercício de 2021.

### 36. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras, aprovadas pelo Conselho de Administração em 5 de maio de 2022, serão propostas à Assembleia Geral de cooperadores, a convocar no próximo dia 30 de Maio de 2022.

### O Conselho de administração

## certificação legal das contas consolidadas

### Relatório de Contas Cooprofar Consolidado 2021

#### RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Cooperadores,

1. No exercício do mandato que V. Ex.as nos conferiram, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidados da Cooprofar - Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L., apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

2. Ao longo do ano e no exercício das suas funções, este Conselho Fiscal acompanhou a atividade da empresa, procedendo à verificação da suas contas e valores, segundo a metodologia tida por adequada nas circunstâncias, tendo obtido do Conselho de Administração e dos Serviços quer a informação continuada sobre a evolução dos negócios quer todas as outras informações que entendeu útil e necessário solicitar.

3. Sem prejuízo de ter tomado conhecimento de irregularidades contabilísticas e de gestão, as contas apresentadas evidenciam a correção das mesmas.

4. No final do ano apreciámos e verificámos o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos Resultados por naturezas, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa e o Anexo consolidado, concluindo que as referidas peças exprimem, em termos convencionalmente corretos, a situação económica e financeira da Empresa, bem como a formação do resultado consolidado e dos fluxos de caixa consolidados. Procedemos ainda à apreciação do Relatório do Conselho de Administração que consideramos relevar os aspetos mais significativos ocorridos no exercício e estar em conformidade com as contas que o acompanham.

5. Tendo tomado conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas, com o qual concordamos, somos de parecer que:

a) Seja aprovado o relatório consolidado relativo ao exercício de 2021;

b) Sejam aprovadas as Contas consolidadas (Balanço consolidado, Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, Demonstração consolidada das alterações no capital próprio, Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e Anexo consolidado) relativas ao exercício de 2021;

6. O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento ao Conselho de Administração, cuja colaboração sempre simplificou o exercício das suas funções.

Gondomar, 6 de Maio de 2022

O CONSELHO FISCAL,

*Natália Subalves Pereira*

## CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

#### Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.**, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 97.570.074 euros e um total de capital próprio de 32.514.972 euros, incluindo um resultado líquido de 1.948.207 euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas", as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da **Cooprofar – Cooperativa dos Proprietários de Farmácia, C.R.L.**, em 31 de dezembro de 2021, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

#### Bases para a opinião com reservas

Conforme evidenciado na nota 10 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, encontra-se registado na rubrica de Participações financeiras – método da equivalência patrimonial, um ativo de 3.674.537 euros relativo à participação do Grupo no capital da sociedade Medlynce – SGPS, S.A. A ausência de informação financeira auditada desta entidade impossibilita-nos de validar o referido montante e aferir acerca da sua recuperabilidade, bem como avaliar quais os impactos que a obtenção da referida informação poderia originar nas demonstrações financeiras.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas"

abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

#### Ênfase

Conforme referido na nota 2 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas foi efetuada, no período comparativo, uma reclassificação de montantes constantes das rubricas de Ativos Intangíveis para Participações financeiras – Outros métodos por se considerar que desta forma se obtém uma imagem mais verdadeira e apropriada da posição financeira do Grupo.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

#### Outras matérias

Chamamos a atenção para o facto das demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício de 2020 terem sido examinadas por outro revisor oficial de contas que sobre elas emitiu uma opinião sem reservas.

#### Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas:

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam

adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

#### RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

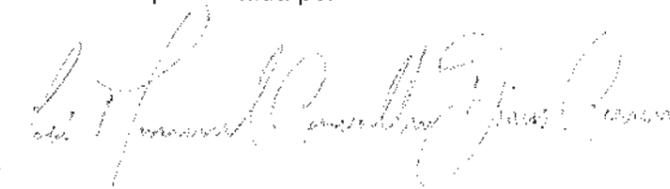
##### Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificamos incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 13 de maio de 2022

CARMO & CERQUEIRA, SROC, LDA.

Representada por

  
 José Manuel Carvalho Dinis Carmo  
 ROC nº 1599

relatório e contas consolidadas

2021

g r u p o c o o p r o f a r - m e d l o g

[www.coopfar.pt](http://www.coopfar.pt)

[www.medlog.pt](http://www.medlog.pt)

Os conteúdos, indicadores e valores estão corretos, salvo erro tipográfico.

A todas entidades públicas e privadas que conosco colaboram, nomeadamente, a Banca expressamos o nosso reconhecimento pela confiança demonstrada.